

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

PRESIDENTE – DEPUTADO WILSON SANTOS

ATA Nº 057

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública que tem como objetivo debater o altíssimo e inaceitável índice de feminicídio e as políticas públicas para enfrentar a violência contra a mulher.

Eu convido para compor conosco a mesa a Sr<sup>a</sup> Fabiana Soares, Coordenadora da Casa de Amparo, representando neste ato o Secretário Municipal de Assistência Social de Cuiabá, Sr. Uilton Coelho; o Dr. Heitor Geraldo Reis, Presidente em exercício da Associação de Famílias Vítimas da Violência em Mato Grosso; a Dr<sup>a</sup> Clarissa Lopes Dias Maluf Pereira, Diretora da Caixa de Assistência e Membro da Comissão de Direitos da Mulher da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso; a Dr<sup>a</sup> Rosana Leite Antunes de Barros, Defensora Pública e Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher naquela instituição; a Dr<sup>a</sup> Jozirlethe Magalhães Criveletto, Delegada responsável pela Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, neste ato representando o Delegado Dr. Fernando Vasco Spinelli, Diretor Geral da Polícia Judiciária Civil; o Dr. Zilbo Bertoli, Secretário Adjunto de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos; o Dr. Marcione Mendes de Pinho, Secretário Adjunto da Casa Civil, e o Comandante Evandro Homero Dias, Secretário Municipal de Defesa Social de Várzea Grande.

Registro e agradeço a presença do Sr. Luiz Carlos Nigro, ex-Secretário de Estado de Turismo no período de 2015 a abril de 2018 - muito obrigado, Dr. Luiz Carlos Nigro; da 2<sup>a</sup> Tenente Denise Pereira Valadão Alves, neste ato representando a gloriosa Polícia Militar; da Sr<sup>a</sup> Iracilda Botelho, Presidente do Núcleo de Ações Voluntárias do Estado de Mato Grosso – obrigado, Iracilda; da Doutora, Arquiteta, Administradora Tânia Matos, Presidente da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá.

Quero iniciar a minha fala pedindo desculpas pelo atraso. Eu procuro sempre ser pontual e geralmente não sou.

Eu estava no Tribunal de Justiça aguardando uma audiência para às 13h com as Desembargadoras Maria Aparecida Ribeiro, Corregedora-Geral do Tribunal, e Maria Erotides Kneip Baranjak, mas, infelizmente, a audiência foi transferida para às 14h. Então, esse é o motivo do meu atraso. Quero pedir desculpas a vocês.

Mas trago uma extraordinária notícia e quero começar a minha fala por aí.

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso criou um mecanismo que virou referência nacional, que é o processo judicial eletrônico. As mulheres ameaçadas de violência entravam em contato com o Delegado ou com o Poder Judiciário ou com o Ministério Público e, geralmente, a medida protetiva a ela solicitada levava em média cinco dias. Cinco dias! Até lá já

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

tinha quebrado o braço, perna, enforcado, esfaqueado, estrangulado, queimado, massacrado a mulher.

Cinco dias, Dr. Luiz Carlos Nigro, levava-se em média. Com o processo judicial eletrônico, instalado de forma inédita pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso na gestão do Desembargador Rui Ramos, por provocação das Desembargadoras Maria Erotides Kneip Baranjak e Maria Aparecida Ribeiro, hoje ele é instantâneo, é imediato, a vítima ou a possível vítima recebe do Poder Judiciário, no mesmo dia, a medida protetiva solicitada.

Quero pedir uma salva de palmas ao Tribunal de Justiça do Estado! (PALMAS)

De 06 de agosto a 06 de novembro, 90 dias em efetiva implantação, 532 mulheres, ex-Prefeita Jacy Proença, solicitaram medidas protetivas e receberam no mesmo dia da solicitação.

Vários Estados já estão aqui em Cuiabá procurando esse dispositivo e conhecendo essa ferramenta nova.

Além disso, a nossa gloriosa Polícia Militar está iniciando também a implantação de algo importante - não sei se é inédito, daqui a pouquinho a representante da PM pode falar - que é a Patrulha da Polícia Militar, exclusiva para atender os reclamos das mulheres, onde 24 horas, onde estiver uma mulher sendo e correndo risco é só acionar essa patrulha que ela se deslocará às duas da manhã, à meia-noite, ao meio-dia, às quatro da manhã, às 15h, a qualquer momento.

Também quero pedir uma salva de palmas a nossa Polícia Militar por esse procedimento prático e concreto (PALMAS).

Então, eu quero ser bastante breve para compensar o meu atraso e fazer alguns registros que falam muito mais do que qualquer discurso.

Mato Grosso tem 61 mulheres assassinadas e 14 mil ameaçadas em nove meses! Em nove meses mataram 61 mulheres! Em Mato Grosso mata-se uma mulher a cada três dias e meio, e no Brasil, antes de terminarmos esta Audiência Pública, uma mulher terá sido assassinada.

No Brasil mata-se uma mulher a cada duas horas! No Brasil mata-se 12 mulheres em média por dia, mais do que a guerra entre palestinos e judeus, que é uma guerra declarada. Isso é mais do que uma guerra! Isso é um genocídio! Isso é um mar de sangue! Isso é um mar de sangue.

Então aqui está um registro: Mato Grosso tem 61 mulheres assassinadas, assassinadas, e 14 mil ameaçadas em nove meses, de janeiro a setembro.

Uma mulher é morta a cada três dias em Mato Grosso nos primeiros meses de 2018. Ao todo, 18 mulheres foram mortas entre janeiro e fevereiro.

Feminicídio, 10 países com maior taxa de violência contra a mulher, o Brasil aparece como o quinto País mais perigoso para uma mulher viver. O quinto País mais perigoso, mais violento para uma mulher viver é o Brasil. O quinto.

Aí vêm relatos semelhantes: cinco maneiras em que os homens estão matando silenciosamente as suas esposas; taxa de feminicídio; legislação nova.

Então, mais do que falar, eu quero ouvir nesta tarde.

Quero passar a palavra a Sr<sup>a</sup> Claudenice Maria da Silva Siqueira, Presidente do Bairro Canjica.

Ela veio? Ela irá declamar um poema, fará uma declamação, a Presidente do Canjica, do meu amigo Bié, Sr. Dito e tantos líderes que lutaram, deram a vida pela posse da terra.

Presidente, com a palavra.

A SR<sup>a</sup> CLAUDENICE MARIA DA SILVA SIQUEIRA – Boa tarde a todos e a todas...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Claudenice, antes de você iniciar, vou chamar para compor a mesa conosco duas mulheres importantes, que são a Dr<sup>a</sup> Gláucia Anne Amaral, Procuradora e Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, e a ex-Prefeita de Cuiabá, Jacy Proença.

Por favor, componham a mesa conosco. (PALMAS)

A SR<sup>a</sup> CLAUDENICE MARIA DA SILVA SIQUERIA – Antes, quero agradecer ao Deputado pelo convite e ao meu Deus, por mais uma oportunidade de dirigir a palavra a tantas mulheres e homens numa circunstância tão especial e delicada.

Não é uma poesia, é uma música, que possam nos inspirar a mudar as nossas atitudes e assumirmos diferente as nossas lutas:

“Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher.”

Vamos cantar esse verso?

(A SR<sup>a</sup> CLAUDENICE DA SILVA SIQUEIRA FAZ SUA APRESENTAÇÃO.)

A SR<sup>a</sup> CLAUDENICE MARIA DA SILVA SIQUEIRA – Obrigada pela oportunidade.

Sejamos mulheres. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns a Claudenice, que vem lá do nosso guerreiro Bairro Canjica.

Vamos ouvir agora três palestras, cada uma com 15 minutos, depois iremos ouvir alguns membros da mesa também e iremos passar para os debates.

Então, qualquer pessoa que esteja no plenário que queira fazer a sua pergunta oral ou por escrito, está autorizada.

Vamos ouvir três palestrantes, cada um com até 15 minutos, depois de alguns membros desta mesa irão usar também a palavra por 3 minutos e daí vamos abrir para a plateia que, aliás, está de parabéns, lotou o auditório da Assembleia.

Quero informar que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo, ao vivo e a cores pela *TV Assembleia*, canal 30.1, e pela rádio também FM Assembleia 89.5.

Qualquer entidade que queira depois ter acesso a esse vídeo, a Assembleia fornece gratuitamente. É só encaminhar um ofício em nome individual, em nome de um centro acadêmico, uma organização não governamental, de alguma instituição.

Então, o vídeo ficará para sempre e quem quiser levar é só solicitar que a Assembleia Legislativa providencie essa cópia.

Então, vamos começar as palestras ouvindo aqui a Dr<sup>a</sup> Rosana Leite Antunes de Barros, Defensora Pública, coordena o Núcleo de Defesa da Mulher e é coordenadora também da Comissão Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Também é articulista semanal, escreve para o jornal *A Gazeta*, sobre a temática “Direitos Humanos das Mulheres”. Também é articulista quinzenal do *site Feminino*, de Salvador, na Bahia. É Membro do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher aqui no nosso Estado, membro do Fórum de Articulação de Mulheres do Mato Grosso e também a Vice-Presidente da Associação Mato-grossense dos Defensores e das Defensoras Públicas de Mato Grosso.

Com a palavra a Dr<sup>a</sup> Rosana Leite Antunes de Barros, por até 15 minutos.

Muito obrigado, doutora. (PALMAS)

A SR<sup>a</sup> ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS - Boa tarde a todos presentes!

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Cumprimento a mesa em nome do Deputado Wilson Santos, que com sentimento pode chamar esta Audiência Pública para debater mais uma vez a não violência contra a mulher, para enfrentar a violência contra a mulher no Estado.

Cumprimento as demais pessoas aqui presentes, em nome de uma amiga muito querida, dona Maria Orly, que é Presidente do Clube de Mães de Cuiabá, é uma guerreira.

Parabéns, dona Maria Orly! (PALMAS)

Como coordenadora do Núcleo de Defesa da Defensoria, eu atuo no enfrentamento, no combate à violência contra a mulher dentro e fora de casa.

É claro que o problema maior enfrentado é realmente a violência doméstica e familiar.

Com a redemocratização do Brasil desde década de 80, começamos a discutir, as mulheres começaram a discutir os seus direitos, e através do lobby do batom do Congresso Nacional das Deputadas e Senadoras feministas, nós conseguimos na Constituição Federal que homens e mulheres são iguais perante a lei - a nossa constituição cidadã. (PALMAS)

Mas essa igualdade é uma igualdade formal, é uma igualdade no papel. Nós precisamos da igualdade material, daquela igualdade que realmente nos faz mais igual, que trata os desiguais de forma desigual, que é o caso das mulheres.

Através da Constituição Federal, quando nos foi declarado sermos iguais, homens e mulheres são iguais, começamos a tratar a não violência contra a mulher no Brasil de forma diferenciada e a principal violência a ser enfrentada era dentro do ambiente doméstico familiar, e ainda é.

Com o surgimento da Lei Maria da Penha, em 2006, o Poder Público começa a se preocupar em quantificar, em saber quantos andava a violência contra a mulher no País.

A violência não aumentou, não é que a violência contra a mulher aumentou com a Lei Maria da Penha, nós não tínhamos números, não tínhamos dados para trabalhar, as mulheres não tinham instrumentos que garantissem a elas a efetividade das leis.

Hoje nós temos com a Lei Maria da Penha a medida protetiva de urgência. Essa medida protetiva de urgência vem garantindo a integridade física de mulheres, quando afasta o agressor de seus lares. E com o afastamento do agressor...

Em 2016 o IPEA fez um levantamento de 10 anos da Lei Maria da Penha e nós tivemos uma redução de 10% dos feminicídios no ambiente doméstico familiar com a Lei. Tivemos, sim, essa redução. Conseguimos!

Ainda estamos caminhando; ainda estamos batalhando, realmente, por dias melhores. Infelizmente, as mulheres, ainda, estão morrendo e sendo assassinadas dentro de casa pelos seus companheiros, pelos seus maridos. É engraçado quando encontramos pessoas, homens e mulheres, que não têm vontade de retornar para casa - não é, Tenente Denise? -; que não têm vontade de falar: eu quero retornar ao meu lar. Há pessoas que saem de casa para o trabalho e não querem voltar. Se elas não querem voltar, algo de errado está acontecendo em casa, porque nossa casa é nosso refúgio, é nosso lugar de descanso, após um longo dia de trabalho, um longo dia de estudo. É aí que nós damos conta do ciclo da violência que a sociedade enfrenta e pelo qual tantas mulheres passam e não sabem.

Eu fui questionada aqui antes de começar a Audiência Pública. “Qual o maior desafio que a senhora acha da Lei Mari da Penha?”. O primeiro grande desafio que tivemos da Lei Maria da Penha foi mostrar à sociedade que, hoje, briga de marido e mulher não é só barata que conhece, não. Se violências estão acontecendo dentro do ambiente doméstico familiar, nós temos

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

que entrar naquele lugar. Nós temos que entrar e fazer de tudo para que aquela violência acabe, para que aquela violência cesse. É o primeiro grande desafio!

Tanto que a Lei Mari da Penha foi recebida no Brasil tal como as mulheres, Sílvia. A Lei Mari da Penha foi xingada, foi agredida, foi chamada de inconstitucional tal como nós, mulheres, sempre fomos agredidas.

O Supremo, que é a corte maior do País, teve que declarar que aquela Lei era constitucional, sim, que estava defendendo vulneráveis. As mulheres não são frágeis. Elas são vulneráveis dentro do ambiente doméstico e familiar. Em uma luta corporação não tenho dúvida de dizer que o homem, em regra, sai vitorioso. É isso que estamos percebendo. É isso que estamos percebendo!

E, hoje, nós temos outro desafio. Nós temos o desafio de mostrar às mulheres, de fazer com que as mulheres entendem que elas são vítimas de violência, porque muitas, ainda, não se entendem vítimas de violência. Nós vivemos em um País tão machista que é tudo normal. É normal! Quando o homem é violento... Ah, é porque ele é homem. Ele é agressivo mesmo! E quando a mulher é violenta ela é histérica, ela é difícil. É assim o nosso País! O nosso País é dessa forma!

Nós, ainda, ouvimos autoridades dizerem que a mulher provoca o homem dentro do ambiente doméstico e familiar. Sim, nós, ainda, escutamos isso, mesmo com essa matança que o Deputado Wilson Santos acabou de mencionar. E ele falou de números! Nós estamos falando de números! É isso que nos entristece!

Então, hoje, temos o desafio que a mulher entenda que, se ela está dentro de um ambiente doméstico e familiar, ela precisa sair daquele ambiente. Os feminicídios, que é a morte de mulheres, podem ser prevenidos. É por isso que, hoje, nós estamos aqui cumprindo o artigo 8º da Lei Maria da Penha, trazendo a discussão à sociedade a respeito da tão importante Lei como é a Lei Maria da Penha. O Poder Público, ainda, não se dá conta de que a violência que acontece dentro do quadradinho de casa atinge toda a sociedade.

Como Defensora Pública, Deputado, eu estive no interior. Primeiro, eu passei pelo interior até chegar a Cuiabá. Eu já fui responsável por presídios, por cadeias, estive em presídios e cadeias e conversava com as pessoas. Eu converso até hoje! Eu, ainda, visito cadeias e presídios! Eu tive sempre a curiosidade de saber por que aquela pessoa havia cometido aquele crime.

E eu perguntava, Prefeita Jacy: por quê? Como era a vida daquela pessoa, como foi a infância daquela pessoa que havia cometido um crime contra a sociedade?

E a maioria delas, Dr<sup>a</sup> Clarisse, a maioria delas viu violência doméstica na infância, a maioria delas conviveu com a violência doméstica na infância. Então, eu não estou justificando o crime de ninguém, mas estou mostrando que a violência doméstica e familiar está sendo desaguada na sociedade. Então, a preocupação deve ser muito grande. Muitas pessoas que, hoje, se encontram em situação prisional passam pela pior violência que alguém pode passar dentro de casa, que é a violência sexual. E como advogada a Dr<sup>a</sup> Margareth sabe disso!

Então, esta discussão, hoje...

Hoje, o Deputado está aqui! Quando ele chama esta Audiência Pública faz cumprir o artigo 8º da Lei Maria da Penha que é muito importante para todos nós, porque traz, realmente, políticas públicas eficientes e eficazes. A Lei Maria da Penha é a terceira lei mais importante no mundo no que diz respeito ao enfrentamento, ao combate à violência contra a mulher dentro do ambiente doméstico e familiar, mas, ainda, não há compreensão do que é a Lei Maria da Penha.

O Brasil ainda não teve a estrutura que a Lei Maria da Penha deveria ter da sociedade. Se nós cumpríssemos ao pé da letra o que diz a Lei Maria da Penha, já teríamos uma

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

---

redução nos números. Nós não cumprimos, ainda, por exemplo, em nenhum dos 141 municípios de Mato Grosso algo superimportante que tem na Lei Maria da Penha: a inclusão nos currículos escolares da não violência contra a mulher. Nós não temos isso em nenhum dos 141 municípios de Mato Grosso e nem no Estado! Não há obrigatoriedade de se falar sobre violência contra mulher nas escolas. Não tem a inclusão nos currículos escolares de Mato Grosso. E isso é muito grave! Não temos a delegacia de defesa da mulher prioritária, em Mato Grosso. Hoje, as delegacias de defesa da mulher se dividem em delegacia de defesa da mulher, idoso, idosa, criança e adolescente. Isso é muito grave para Mato Grosso! Nós sempre fomos referência. O sistema de justiça é referência na aplicação da Lei Maria da Penha em Mato Grosso, a Defensoria Pública, o Poder Judiciário e o Ministério Público. Somos referência, mas não temos o principal que é a porta de entrada. Hoje, a Delegacia da Mulher de Cuiabá atende mulher, idoso e a idosa. A de Várzea Grande atende mulher, idoso, idosa, criança e adolescente. Nós temos, apenas, uma Delegacia, em Mato Grosso, que é de Barra do Garças. Isso é muito grave! Isso é muito grave! Precisamos fazer com que a Lei Maria da Penha seja, realmente, cumprida. Precisamos entender que os feminicídios, que são os delitos, morte de mulheres dentro do ambiente, de casa, doméstico e familiar ou em menosprezo à condição de mulher, são prevenidos, são delitos que podem ser prevenidos.

O homem é assassinado de maneira diferente da mulher. Logo os feminicídios podem ser evitados. As mulheres estão morrendo dentro do ambiente doméstico e familiar. A maioria delas!

Nós estamos às vias... Desde 2017 o Brasil está às vias de receber uma sanção da organização dos Estados Americanos pelo aumento de mais de 50% do número de feminicídios. Em Mato Grosso, segunda a gerência de estatística da Polícia Civil, nós tivemos um aumento de 55% de 2017 para 2018. Isso é grave! Precisamos tratar.

Quando surgiu o delito de feminicídio em 2015 foi capitulado como um homicídio mais grave, um delito qualificado pelo feminicídio, um homicídio de mulheres qualificado se tornando feminicídio? Houve uma pesquisa na Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, e os homens que mataram mulheres foram questionados – não há motivo para se matar mulheres –, mas os homens foram questionados: por que o senhor matou a sua companheira? Por que o senhor matou a sua mulher? E a maioria das respostas... Inconformismo com o término do relacionamento.

Então, as mulheres, quando não querem manter um relacionamento, não são livres, elas acabam sendo mortas. “Qual o segundo motivo para que as mulheres sejam assassinadas?” Perguntaram, quebra da virilidade masculina, “me traiu, tem que morrer.”. E qual o terceiro motivo: quebra da expectativa do ser mulher, se o homem chegar a casa e estiver suja, os filhos não estão de banho tomado, a janta não está posta, há mulheres que ainda morrem por isso.

Então, é muito triste! Precisamos, sim! Deputado, Vossa Excelência está de parabéns pela sensibilidade de trazer esse tema à tona! Mas precisamos que as mulheres que são vítimas de violência doméstica e familiar que têm uma medida protetiva na mão de afastamento do agressor entendam que elas estão vivendo uma situação diferenciada na vida delas e tomem alguns cuidados necessários também, porque vivemos num País que não basta gritar polícia e encontrar polícia aos pés.

Logo, as mulheres vítimas, quando se derem conta de que aquela medida protetiva, de que aquela decisão judicial não está sendo cumprida, devem comunicar a Defensoria Pública, o Ministério Público para que possamos fazer que essa lei tão importante, elogiada no mundo inteiro, que é a Lei Maria da Penha, seja cumprida na efetividade, e que as mulheres passem a acreditar que elas podem de fato contar com o Poder Público.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Nós que agradecemos, Dr<sup>a</sup> Rosana, pela forma clara com que a senhora nos explicou, até porque tem experiência. Está vindo do interior, correndo várias comarcas, convivendo dentro dos presídios, cadeias, delegacias.

E, de fato, essas 03 razões que a senhora elencou aqui são verdadeiras, por que o homem mata a mulher? Primeiro, porque ele é doente, um homem normal não... Ele é doente, tem que se tratar. Ele mata, primeiro, porque não aceita o fim do relacionamento; segundo, a traição; e terceiro, porque as mulheres no entendimento dele não fazem os afazeres domésticos a contento dele e, na cabeça dele, ele também não tem que ajudar, não. Não precisa ajudar, está...

A SR<sup>a</sup> ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS – Mas, o senhor sabe, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – ...chega a casa, é o bacanao. Não é?

A SR<sup>a</sup> ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS – Eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Pode falar, Dr<sup>a</sup> Rosana.

A SR<sup>a</sup> ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS – O senhor sabe que a maioria dos homens que comete violência sexual contra a mulher, que também mata mulheres, se submete a exame de sanidade mental e a maioria deles não tem doença mental, não. A maioria deles, a grande parte.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – É outro tipo de doença... (PALMAS) É uma doença cultural de 500 anos, não é?

Vamos ouvir agora o Dr. Zilbo Bertolli, até porque ele tem outro compromisso, ele fez questão de prestigiar esta Audiência Pública; ele é Secretário Adjunto e aqui fala em nome do Secretário de Estado, o Dr. Fausto. Por favor, Dr. Zilbo, o senhor tem até 15min.

O SR. ZILBO BERTOLI JÚNIOR – Boa tarde a todos e todas!

Cumprimento a mesa na pessoa do Deputado Wilson Santos. Em tempo, Deputado Wilson Santos, cumprimentá-lo publicamente pela sua reeleição, meus parabéns, não pude externar isso.

Cumprimento os presentes, agradeço a presença de cada um aqui, especialmente os servidores da SEJUDH, que tanto nos honram com esta Audiência Pública.

Deputado Wilson Santos, a SADH tem o privilégio de ser composta pelo Conselho da Mulher e pela Superintendência das Mulheres, e nesses três anos e meio, mais para quatro, que tivemos a honra de estar à frente da SADH, nós nos deparamos com um universo difícil para as mulheres. Conforme a Dr<sup>a</sup> Rosana já falou, também tivemos a honra de trabalhar juntos no Conselho também, a questão é lastimável, é lamentável.

E, lamentavelmente, continua aumentando por mais que o Poder Público tente coibir essa prática de violência, por mais que tenhamos a interiorização, por mais que tenhamos acesso à informação, eu penso que a informação é muito importante neste momento, mas os índices estão aí demonstrando que esse tipo de crime vem crescendo.

Eu gostaria de corroborar com as informações que tenho, segundo a Organização Mundial de Saúde, a cada duas horas, Deputado Wilson Santos, uma mulher é vítima de algum tipo de violência, seja moral, sexual ou mesmo o feminicídio, a cada duas horas no Brasil, a que ponto nós chegamos? Se continuarmos nesse ritmo, em 2020 será a cada meia hora, segundo dados oficiais, então, senhoras e senhores, onde nós queremos chegar? Onde vamos chegar daqui a pouco?

Por mais que o Poder Público se movimente, por mais que o Poder Público tente por meio de leis... Nós acabamos de ter a Lei da Importunação Sexual, que foi feito agora, realizada.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Importunação sexual é geralmente praticada dentro de coletivos, metrô, não é? E essa Lei é nova, e de lá para cá aumentou mais ainda.

Já foi falado, brilhantemente, da Lei Maria da Penha, então, os mecanismos para tentar coibir esse tipo de situação... Estamos tentando, só que percebemos que não é na velocidade necessária.

A SADH, por meio de seus mecanismos, tenta levar informação, capacitação, palestras, temos a figura do ônibus lilás, que já percorreu o Estado todo, buscando essas mulheres, que muitas vezes não têm acesso, que não têm nem para quem gritar, e os relatos que nós temos são extremamente sérias, mulheres que são subjugadas durante anos, e quando elas são indagadas se sabiam que estavam sendo vítimas de algum tipo de violência... Porque na cabeça delas o marido podia fazer isso, o namorado podia fazer aquilo. Isso é muito sério.

Semana passada, Deputado Wilson Santos, em um colégio de Cuiabá de classe média alta, uma menina de 13 anos de idade foi espancada pelo seu namorado dentro da escola, e esse menino de 14 anos foi indagado, porque ele fez isso? A resposta dele foi: “porque ela estava usando roupa muito justa.”. Quer dizer, um adolescente de 14 anos já tem esse tipo de pensamento, como ele vai pensar daqui a 10 anos? O que ele vai fazer daqui a 05 anos?

Então, senhores e senhoras, a sociedade tem que se mover, a sociedade tem que estar alerta, o Poder Público pode fazer a sua parte, mas penso eu que a sociedade tem o poder, o condão de nos ajudar - e muito - nesse tipo de situação. Também gostaria de deixar as portas da Secretaria de Estado e Justiça e Direitos Humanos à disposição de todos, nós temos a Superintendência da Mulher, nós temos os Conselhos... o Conselho da Mulher que é vinculado a nossa pasta, nós temos que publicizar tudo aquilo que for necessário para que as mulheres tenham acesso a algum mecanismo de defesa. Como já foi falado aqui, Ministério Público, Defensoria, Poder Judiciário, Polícia Judiciária Civil. Mas cada vizinho, cada amigo, cada irmão, tem também a responsabilidade de proteção.

Ontem, eu fiquei chocado, quando o irmão matou a irmã e a deixou seminua no matagal, foi noticiado em todos os jornais da cidade. O que leva a isso? O que leva um cidadão a fazer uma coisa dessas com sua própria irmã? Quer dizer, só por que é mulher? Foram palavras dele, só porque ela é mulher. Tiveram um desentendimento e ocorreu isso. Como a Dra. Rosana falou, a diferença física é brutal.

Então, nós gostaríamos de trazer, primeiramente, nossa palavra de apoio e solidariedade a cada mulher aqui presente.

Queremos trazer, mais uma vez, que as portas da Secretaria estão abertas a todas vocês. Parabênzo o Deputado Wilson Santos por esta Audiência Pública, cumprindo, como já foi dito aqui, o artigo 8º da Lei Maria da Penha, porque isso é importante, trazer a discussão, fomentar o debate, trazer opiniões, somente assim nós vamos criar mecanismos para coibir esse tipo de crime.

Também gostaria de parabenizar a Polícia Militar, pela implementação da Patrulha Maria da Penha. Se não me engano, essa patrulha começou na Bahia, há uns 10 anos, se não me engano, e tem sido muito proveitosa, tem tido muito êxito no combate à violência contra a mulher. Então, que aqui também em Mato Grosso, a Patrulha Maria da Penha tenha esse condão para diminuir esse crime, de pelo menos buscar na tentativa de coibir a prática disso.

No mais, penso que a mulher tem que ser, sim, protegida, olhada de uma forma diferente, de uma forma especial, por quê? Porque todos nós viemos de uma mulher, eu tenho a minha mãe como referência de vida, eu tenho respeito pela minha mãe, pela minha irmã, pela minha esposa e por todas, por toda a minha equipe.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Então, eu gostaria muito que todos os homens tivessem também esse princípio, mas sabemos que não é assim que funciona. Nós temos que nos unir, temos que ficar sempre juntos na busca incessante de coibirmos o crime contra a violência.

Muito obrigado, que Deus possa nos abençoar, e que tenhamos uma tarde muito produtiva.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Obrigado, Dr. Zilbo, que falou em nome da Secretaria de Justiça.

Convido agora para usar a palavra, como terceira palestrante, a Dr<sup>a</sup> Jozirlethe Magalhães Criveletto. Dr<sup>a</sup> Jozirlethe é Delegada Titular da Delegacia Especializada da Defesa da Mulher de Cuiabá, especialista em gestão de segurança pública MBA e planejamento tributário, pós-graduada em direito penal e processo penal, pós-graduada em direito e processo civil e processo do trabalho. Já atuou como Delegada nos Municípios de Nortelândia, Arenápolis e Nova Mutum e também implantou o Núcleo de Atendimento à Mulher no CISC Coxipó, aqui na Capital; é atualmente Presidente da Câmara Temática de Violência contra a Mulher na Secretaria de Estado e Segurança Pública; é membro dos Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos da Mulher.

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Jozirlethe Magalhães. (PALMAS)

A SR<sup>a</sup> JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO - Obrigada!

Boa tarde, eu peço licença ao Deputado Wilson Santos para cumprimentar este dispositivo na pessoa da nossa Professora Jacy. Eu fico muito feliz em vê-la conosco novamente, professora que há muito anos vem combatendo essa causa de violência contra a mulher aqui em nossa Capital.

Gostaria de cumprimentar a todos e a todas, eu vejo rostinhos aqui muito conhecidos, estou vendo ali a minha amiga Maria Orly, de longa data; gostaria de ressaltar aqui a presença da Tenente Denise, para quem não conhece, a Tenente Denise é responsável hoje por esse trabalho da Patrulha da Maria da Penha em Cuiabá. Ela que vai às casas das mulheres, então, vamos dar uma salva de palmas para a Tenente Denise, que começou esse trabalho aqui em Cuiabá. (PALMAS)

Denise, que Deus abençoe você, todo esse trabalho que vocês têm feito aqui em Cuiabá. E nós já temos notado as diferenças.

Gostaria de ressaltar e parabenizar a presença dos nossos alunos do Colégio Nilo Póvoas, também, que realmente... (PALMAS)... abrilhantaram hoje o nosso evento. Ver vocês, jovens, já tão interessados nessa temática, que realmente tem sido para nós de grande utilidade, no momento em que Mato Grosso tem enfrentado um nível de feminicídio cada vez mais crescente... É triste! Não é uma temática fácil de falarmos, de tratarmos, mas é algo que nós precisamos conversar e debater para que possamos encontrar soluções.

Eu já aqui ouvi, já aprendi muito - eu sempre aprendo com a minha amiga Rosana a cada palestra, a cada fala dela. E nós aqui trazemos também alguns números para que possamos refletir sobre o feminicídio, que é o nosso tema aqui.

E o Secretário tinha falado sobre a questão de que a mulher... que hoje a cada duas horas uma mulher sofre violência, não é? Mas segundo o 12º Anuário de Segurança Pública, para vocês terem uma ideia, já mudou esse número da Organização Mundial de Saúde.

Nós hoje temos 606 casos de violência contra a mulher por dia. Isso significa uma mulher sofrendo violência a menos de um minuto. Olhem para o relógio, gente! Daqui a menos de um minuto, quando aquele minuto rodar, uma mulher vai ter sofrido violência nesse nosso País.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

---

Então, a situação é mais alarmante do que nós pensamos. São 221.238 casos de violência doméstica, em 2017, em nosso País.

Quando falamos de feminicídio, são mais... quase duas mil mortes de mulheres no Brasil em 2017. Então, quando nós tratamos de feminicídio, nós temos que saber quais são esses números. Porque muitas vezes, as pessoas estão pensando. “Ah, não. É um caso. É outro ali.”

Hoje, quando eu abri o jornal *A Gazeta*, foi dito aqui, quem abriu o jornal hoje viu lá aquele autor que matou a sua irmã em Nossa Senhora do Livramento, para quem leu a matéria. E além de você entender que o feminicídio tem aumentado, nós temos percebido e visto que os requintes de crueldade têm aumentado. A crueldade com que é feito, a forma, o ódio, o desprezo a essa vítima, a essa mulher, tem aumentado.

Vocês sabem como ele matou a irmã dele? À paulada! À paulada! E isso ali, em Nossa Senhora do Livramento, que nós conhecemos por ser uma região da Baixada Cuiabana, onde as pessoas, geralmente, são pessoas pacatas. Esse homem tinha dois homicídios. Como nós, da Polícia, falamos, ele já tem 2 homicídios nas costas.

Não é, Tenente?

Já tem dois homicídios nas costas, Deputado!

Esse homem já tinha matado outra mulher. O que esse homem estava fazendo livre? Matou a irmã! Então, quando nós falamos de feminicídio temos que entender todo esse contexto.

E algo que, também, tenho que chamar a atenção de todos é que estamos tratando de uma temática de políticas públicas para diminuição do feminicídio temos o Plano de Políticas Públicas para Mulheres de Mato Grosso. O nosso Plano de Políticas Públicas para Mulheres já prevê, em um dos seus eixos, o enfrentamento da violência contra a mulher. Então, nós já temos...

Eu estou até com ele aqui, porque não decoro mais nada nesta altura da minha idade, gente! De tudo eu tenho que trazer o papelzinho para ler. Eu ando com este Plano comigo, porque fico sempre naquele afã de imaginar que o Estado vai desenvolver estas linhas de ação que já são tratadas aqui.

Aqui existe, por exemplo, a questão da política pública da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher 24 horas. Hoje, nós temos enfrentado esse desafio de termos uma delegacia especializada que atenda a mulher 24 horas. A Delegacia da Mulher foi a primeira política pública do Estado implementada em Mato Grosso em nível de enfrentamento da violência contra a mulher. Ela foi criada em 1985. Então, ela foi a primeira política pública de enfrentamento à violência, mas, hoje, ela está em um prédio locado, alugado, com um orçamento reduzidíssimo, dividindo o espaço - como a Defensora Rosana já colocou aqui - com o atendimento do Núcleo do Idoso e sem condição de estrutura para atender essa mulher vítima de violência que lá chega.

Assim mesmo, eu digo para vocês, sabem quantas medidas protetivas a Delegacia já fez este ano de 2018? Mais de 1.500 medidas protetivas! Isso significa que são 1.500 mulheres que estão nesse ciclo que pode chegar ao feminicídio.

Vocês estão entendendo? Quando nós falamos de feminicídio temos que falar de quê? Como nós vamos evitar que essa mulher seja morta. Para isso nós temos que falar de quê? De ciclo da violência, porque a maioria dessas mulheres que vão ser as vítimas de feminicídio já está nesse ciclo de violência.

Eu não vou dizer que essas 1.500 mulheres, Deputado, que chegaram, protocolaram medidas na Delegacia da Mulher serão mortas. Ao contrário! Nós pedimos a Deus todos os dias que nada aconteça, mas nós temos que entender...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Algumas até, Doutora, foram várias vezes não é?

A SR<sup>a</sup> JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO – Várias! E assim, só para Vossa Excelência ter uma ideia, em 2017 nós protocolamos 134 descumprimentos de medidas protetivas. Então, das 1.800 mulheres que pediram medidas protetivas ano passado, que foram quase 2.000 mil ano passado, 134 voltaram para registrar o descumprimento das medidas protetivas, ou seja, os maridos, os companheiros, os ex-conviventes, estavam descumprindo aquela medida imposta pelo Judiciário. Então, quando nós falamos: olha, estão no ciclo de violência, significa que essa mulher tem maior risco de ser vítima de feminicídio.

É com essa realidade que nós temos que trabalhar. Temos que seguir aquilo que já está previsto no Plano de Políticas para Mulheres e podermos por meio dessa realidade que temos já dentro do Estado começar a pensar: o que nós precisamos? Nós precisamos prevenir. Nós precisamos trabalhar aqui no âmbito da prevenção que é o primeiro momento. Essa mulher que está no ciclo de violência como está sendo atendida? Como ela está enfrentando essa violência? E depois que ela vai à delegacia ela vai para onde? Como ela faz? Ela volta para a sua casa, onde está o autor.

Dias atrás eu fiz uma entrevista e a jornalista me perguntou sobre isso. Vocês devem saber daquele caso que ocorreu na frente da Delegacia e o autor foi preso. E ela me dizendo: “Mas, doutora, o que faz uma vítima, de repente, dizer que ela não deseja representar?”. Eu estava explicando para ela essa situação que nós vemos todos os dias acontecer na delegacia. Vocês imaginam a pessoa que é furtada ali na esquina: ela vai para o plantão, ela vai ser ouvida, ela não precisa representar, mas ela, com certeza, vai esboçar seu desejo de que aquele autor seja punido. Ela pode não recuperar o seu bem material, mas não verá esse autor mais na sua vida. Ela vai embora para casa. Então, ela contará os detalhes e, se Deus quiser, não verá mais esse autor. No entanto, uma vítima de violência doméstica chega à Delegacia, por mais que tenhamos o PJE, que, realmente, é um excelente trabalho... O Tribunal de Justiça, em parceira com a Polícia Civil...

E aqui, apesar de não ter a minha Escrivã Cibele aqui, eu quero parabenizar a minha Escrivã Cibele, porque todos os dias é ela que, na verdade, trabalha até mais que o horário para protocolar essas medidas no mesmo dia para entrarem no sistema do Judiciário. Então, é na Delegacia da Mulher que nasce esse trabalho e é feito no sistema do PJE.

Quando essa mulher procura a Delegacia para fazer isso ela volta para casa e, com certeza, perguntará à Delegada: “E agora, doutora?”. E eu vou dizer para ela: vou protocolar o seu pedido ao Juiz para que o Juiz o defira. Enquanto isso acontece ela está com o autor. Mesmo que o Juiz defira o pedido dela no mesmo dia esse pedido ele vai para a Central de Mandados. Nós precisamos, até hoje, de um Oficial de Justiça para ir até o agressor fazer uma notificação, senão, essa medida protetiva não estará em vigor. Então, não adianta falar eu fui à Delegacia pedir uma medida protetiva e pronto. A medida protetiva é um papel e só valerá quando esse agressor receber essa comunicação. Então, essa vítima está à mercê desse homem, desse agressor, desse autor, quantos dias?

Muitas vezes, Deputado, por 2, 3 meses!

E aí vocês me perguntam: “Então, doutora, qual a razão dessas mulheres não representarem, muitas vezes, quando são ameaçadas e procuraram a delegacia?”. É por isso que temos que entender o ciclo de violência, o que acontece na cabeça de uma mulher, o que realmente uma mulher vivencia dentro da sua casa, para entendermos que essa mulher é potencial, sim, vítima de um feminicídio mais tarde e o Estado precisa intervir, sim.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Eu trouxe uma estatística, no caso, não só da Polícia Civil, mas do total da Secretaria de Segurança.

Você pode passar rapidinho, porque eu acho que já avancei no meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Não, a senhora, ainda, tem 3 minutos.

A SR<sup>a</sup> JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO - Obrigada, Deputado!  
(RISOS)

Eu tenho três minutos vocês viram.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Quem chegou tão atrasado como eu não está com moral para cobrar. (RISOS)

A SR<sup>a</sup> JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO - Obrigada, Deputado!

Eu gostaria de mostrar para vocês qual é o número de homicídios de mulheres que temos em Mato Grosso, segundo os dados da Secretaria de Segurança. Esse trabalho foi feito para mostrar na nossa Câmara Temática.

Nós temos hoje uma Câmara Temática, Deputado, dentro da Secretaria de Segurança, especificamente, voltada à violência contra a mulher e à diminuição do feminicídio. Foi apresentado esse trabalho em relação aos homicídios de vítimas femininas.

Então, vocês podem perceber que temos, em 2014, 86; depois aumenta, em 2015, para 85; em 2016, tivemos uma enorme quantia de 91 homicídios de mulheres em Mato Grosso; e agora, em 2017, tivemos 84 homicídios de mulheres.

(APRESENTAÇÃO DE DADOS POR MEIO DO DATASHOW)

A SR<sup>a</sup> JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO – Esse é um dado em relação às vítimas no comparativo agora de janeiro a outubro, entre 2017 e 2018.

Mas se você abaixarmos mais um pouquinho, vamos ver em números isso.

Aí nós vamos ter o que gostaria que vocês notassem. Vocês percebem que temos vários municípios nessa relação. Cuiabá aparece em segundo lugar, com seis homicídios; em primeiro lugar, com sete, Várzea Grande. Então, temos sete em Várzea Grande.

Vocês notam que despontam aí, também, outras cidades como: Feliz Natal, por exemplo... Quem conhece Feliz Natal aqui? Colíder, Poxoréu.

Outras cidades que polos, Sinop... Mas não tem delegacia da mulher em Sinop. Temos Rondonópolis, que tem delegacia da mulher; Santa Carmem, Jaciara, todas têm homicídios de mulheres.

O que notamos com isso? Que houve então - aquilo que sempre digo - uma interiorização em relação aos crimes de feminicídio. Isso significa o quê? Que a Polícia Judiciária Civil tem que trabalhar no sentido de enfrentar esse crime não só aqui em Cuiabá. Não podemos ter delegacia da mulher somente em Cuiabá, temos que ter núcleos de atendimentos no interior do Estado também.

A mesma política de atendimento que é feita aqui na Capital tem que ser feita em lugares onde não existe nenhuma estrutura para atendimento à mulher. Sequer existe base.

Temos abaixo um gráfico sobre os dias da semana. Incrivelmente, aparece a quarta-feira como o dia da semana onde há mais homicídios de mulheres. A questão aí da própria violência contra a mulher é na quarta- feira, o nosso maior índice de violência.

Mais um pouquinho abaixo, vocês vão ver um comparativo por faixa etária, faixa etária seria predominante entre 30 e 35 anos.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Nós temos o outro sobre os meios empregados. Então, vocês percebem que 43% dos homicídios, ainda, são praticados com arma de fogo; em segundo lugar, ficam as armas cortantes, faca, machado, foice e por aí vai.

Nós temos, então, a motivação: cerca de 50% dos homicídios de mulheres ainda são por motivação passional, 50% feticídio.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Doutora, só me permita aqui, como fui professor de matemática, esses números têm outra conotação, se me permite...

A SR<sup>a</sup> JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO – Pode falar.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – A cidade, dessas cinco que a senhora mostrou - pode voltar lá naquela relação -, sete, seis, cinco, quatro, sabe qual é a mais violenta para mulher dessas cinco primeiras? Não é Várzea Grande e muito menos Cuiabá. A mais violenta é Sinop, porque têm 140 mil habitantes e teve cinco mortes. A cada 28 mil pessoas, uma é assassinada.

A SR<sup>a</sup> JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Várzea Grande, como tem 300 mil habitantes, se dividirmos por sete, dá 42 mil pessoas; Cuiabá, 100 mil; Rondonópolis, a cada 50 mil. Então, a cada 28 mil pessoas em Sinop, assassina-se uma mulher, enquanto Cuiabá, a cada 100 mil, assassina uma. Proporcionalmente, Sinop é uma cidade muito mais violenta, entre as cinco mais violentas, do que Cuiabá e Várzea Grande.

É impressionante! Como é violenta Várzea Grande! É uma das cem cidades que mais se mata no Brasil. É impressionante o nível de violência em Várzea Grande! Vem caindo, mas ainda é uma das cidades mais violentas do Brasil.

A SR<sup>a</sup> JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO – Várzea Grande trata-se da criminalidade de forma geral como uma cidade que apresenta índice de violência maior, até porque temos a probabilidade de que os autores de crimes e todos os ladrões, traficantes, saem de Cuiabá e correm para Várzea Grande. Então, essa proximidade da Capital com Várzea Grande, também, desfavorece nessa questão da criminalidade.

Mas, eu concordo com o Deputado em relação a dizer que Sinop é uma cidade que seria mais perigosa para mulher. Sabe por que ali, também, é mais perigoso? Não tinha uma delegacia da mulher naquele lugar. Então, além dessa conta aí por população, a mulher que sofria violência doméstica, onde ela procurava? Uma delegacia normal para ser atendida. Ela não tinha uma delegacia especializada de defesa da mulher.

Até hoje o Conselho, em Sinop, tem batido muito nessa tecla de implementar. Estava em via de implementação e ainda precisa de logística para dar andamento nos trabalhos em Sinop. Então, mais uma razão para se tornar perigoso.

Finalmente, nós temos um mapa, lá no último, que mostra bem essa questão, esse rosa claro, rosa mais escuro aí, para vocês entenderem o que eu falei em relação a essa pulverização da violência. Nós temos hoje em Mato Grosso inteiro com índices de violência e homicídios.

Isso ali é só de homicídios em Mato Grosso.

Então, essa é a nossa realidade. Essa é a realidade que precisamos enfrentar, nós que trabalhamos com violência contra a mulher, todas nós que exercemos alguma atividade nesse enfrentamento.

Hoje, o desafio da Polícia Judiciária Civil é a implementação de núcleos de atendimento nesses lugares, ou seja, nessas cidades que não possuem delegacia da mulher.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Nós temos um projeto - e aí, Deputado Wilson Santos, já aproveito esta Audiência Pública para, realmente, conclamar esta Casa de Leis a olhar com todo carinho para essa questão das mulheres... Apesar de hoje não ter nenhum prédio próprio em Cuiabá para nossa delegacia, eu peço, ainda sim, pelo interior do Estado que não tem nem uma delegacia e nós precisamos.

A Polícia Judiciária Civil, mesmo sem efetivo, pessoal, porque não temos há muito tempo concurso, mesmo assim queremos e, com certeza, vamos colocar efetivos nesses lugares para trabalhar, mas não temos estrutura de logística, não temos como comprar móveis, equipamentos, para colocar nesses núcleos de atendimento.

Então, se esta Casa de Leis estiver interessada nessa temática, que pense numa emenda parlamentar para isso. Estamos aí em 2019 já, algum Deputado, alguma autoridade desta Casa que puder, realmente, ajudar nesse sentido de que possamos implementar esses núcleos de atendimento no interior do Estado de Mato Grosso onde não exista uma delegacia da mulher.

Eu gostaria de encerrar parabenizando o Deputado Wilson Santos por essa iniciativa que, realmente, é muito profícua, proveitosa mesmo!

Dizer a vocês, meninos, adolescentes, já fui no Nilo Póvoas há alguns dias, já falei com vocês, espero que vocês tenham aproveitado e aproveitem mais ainda desta tarde e vocês homens façam a diferença em relação ao respeito, à dignidade da vítima, da mulher, saber o que é respeitar realmente a mulher como cidadã, como mulher que nós somos.

Parabenizo a todos vocês por estarem aqui conosco nesta tarde. Muito obrigada.

Estamos na Delegacia da Mulher à disposição de todas. Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigada, Dr<sup>a</sup> Jozirlethe, Delegada Titular da Delegacia Especializada em Defesa da Mulher de Cuiabá. Muito obrigado mesmo por essas informações precisas.

Eu, como sou um homem fraco de coração, já vou anunciar para a senhora aqui que vou colocar uma emenda para atender nos núcleos de atendimento. (PALMAS)

Vamos colocar emenda de 400 mil reais. A senhora pode me cobrar depois. Passe-me os dados, traga quais são os polos, que vamos colocar e vamos cobrar duro do próximo Governador Dr. Mauro Mendes, para que ele cumpra e pague essa emenda.

Se ele não pagar a senhora vai lá e o prende para nós. (RISOS)

Brincadeira a parte... Temos que dizer que é brincadeira a parte, senão as pessoas levam a sério certas coisas que falamos brincando. Tem gente que não consegue perceber que você às vezes está fazendo uma descontração.

Dr<sup>a</sup> Denise, a senhora não vai embora, Tenente. Quero ouvir esse depoimento da senhora que está comandando as patrulhas, que é uma coisa inédita. Estou há 30 anos na vida pública e nunca ouvi falar disso, nem aqui, nem em lugar nenhum do Brasil e do mundo. Então, estou aqui alvissareiro para ouvir o seu depoimento, como é que funcionam essas patrulhas, qual é o grau de eficiência, qual o telefone da patrulha também, porque não adianta ter patrulha e não dar o telefone.

Quero saudar os alunos e professores da Escola Estadual Nilo Póvoas e dizer que eu estudei lá também. Fui aluno durante quatro anos, de 1972 a 1975, fiz todo o meu ginásio lá, quando ainda era Centro Educacional Professor Nilo Póvoas. Tenho muitas saudades. Pedro Pirone era diretor, Nivalda era coordenadora, professor Ênio Boi, Gilca. Só gente boa estava lá naquela época, como agora também.

Vamos ver o vídeo.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Está tendo um problema na nossa transmissão e enquanto o nosso pessoal da área técnica faz a devida correção vamos ver o vídeo.

Está no ponto? Pode passar.

Em seguida ouviremos a Dr<sup>a</sup> Gláucia Anne Kelly Rodrigues do Amaral, Procuradora do Estado e a Presidente Estadual do Conselho dos Direitos a Mulher.

Pode passar o vídeo!

(EXIBIÇÃO DE VÍDEO.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Belíssimo o vídeo!

Eu quero convidar a Dr<sup>a</sup> Gláucia Anne Kelly Rodrigues do Amaral, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Procuradora do Estado concursada, efetiva, esteve recentemente na Corregedoria - não sei se ainda está -, é Corregedora Geral da Procuradoria do Estado. É ela que pune, puxa a orelha dos colegas Procuradores, quando pisam na bola. Dispõe de 15 minutos.

A SR<sup>a</sup> GLÁUCIA ANNE KELLY RODRIGUES DO AMARAL - Boa tarde a todos!

Provavelmente vou usar menos do que os 15 minutos.

As duas mulheres que me antecederam, com seu brilhantismo, sua dedicação à causa dos direitos da mulher e sua experiência direta com a violência contra a mulher são referências, não só aqui em Mato Grosso, mas no Brasil inteiro, com esse trabalho dedicado e abnegado.

Fico muito feliz de hoje, como Presidente do Conselho, por culpa da Rosana, ver esta Audiência Pública, convocada por um Deputado que se preocupou.

Vejo hoje toda a sociedade mato-grossense felizmente chocada com os números.

Todos os dias somos assaltados por uma ou duas notícias de violência contra a mulher.

Como a Dr<sup>a</sup> Jozirlethe disse, a crueldade em cada um dos casos, os requintes de crueldade a cada dia piora.

Meu objetivo seria basicamente aqui apresentar o Conselho dos Direitos da Mulher, que congrega diversas entidades - acredito que a maioria já até conhece -, congrega diversas entidades que atuam, entidades privadas, de voluntários da sociedade civil organizada e congrega também representantes do Poder Público que atuam, que discutem, que fiscalizam e que propõem medidas para que os direitos da mulher sejam efetivados.

Evidentemente que a questão da violência, do feminicídio, é uma das questões mais preponderantes.

Esse vídeo que passou imediatamente antes de eu falar é bastante interessante porque eu ia dizer que o ciclo da violência realmente começa muitas vezes sem que a mulher perceba e certamente sem que o agressor também perceba, porque nós falamos da conscientização da mulher, mas nós precisamos falar também da conscientização do agressor.

Quando falamos em violência psicológica, violência patrimonial - e a Vara de Violência Doméstica está farta de exemplos de casos de violência patrimonial - quando isso começa, aparentemente você está bastante distante do resultado final de um feminicídio. Como a Dr<sup>a</sup> Jozirlethe disse, nem todos os casos denunciados felizmente se tornarão feminicídio, mas, se não interferirmos nesse ciclo, a probabilidade aumenta.

Ao assumir o cargo... Como disse o Deputado Wilson Santos, eu sou Procuradora do Estado e fui 10 anos Presidente da Associação de Procuradores do Estado, Vice-Presidente da

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

---

Associação Nacional, mas eu sempre estive ali na periferia do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher como suplente, porque a Procuradoria do Estado possui uma vaga. Ao assumir, me deparei com algumas realizações do Conselho e de outros órgãos discutindo em conjunto que de fato me animaram a acreditar que Mato Grosso vai sair dessa realidade em que se encontra, ser um dos Estados que mais se comete violência contra a mulher.

Eu fico feliz que a Tenente Denise vai falar da Patrulha Maria da Penha, que é encantadora de fato, é encantadora porque ela é uma grande esperança de que a mulher que denuncia vai deixar de ser vítima de violência e que isso estimule outras mulheres que estão ao redor a denunciar também e a sair do ciclo de violência. Que elas confiem na Lei Maria da Penha, que elas confiem na medida protetiva, que elas confiem que em caso de se dirigirem ao Poder Público para fazer essa denúncia para tentar sair dessa situação de desespero em que se encontram, elas não se tornarão alvo, pelo contrário, elas serão protegidas, porque muitas vezes a reação daquele agressor denunciado é justamente intensificar a agressão justamente por conta da denúncia.

O Conselho da Mulher, em 2014, por meio da Dr<sup>a</sup> Rosana e da Dr<sup>a</sup> Jozirlethe, que são integrantes do Conselho da Mulher, conseguiu reunir entidades no Estado de Mato Grosso, e vejo aqui que temos dezenas de entidades, temos 59 grupos e organizações da sociedade civil de mulheres em Mato Grosso. E listado nesse Plano e Políticas Públicas para mulheres nós temos duas entidades filantrópicas extremamente importantes: o MT Mama e o Instituto de Recuperação e Proteção de Amparo à Mulher Dependente Química.

Nós temos este material que foi produzido pelas entidades representativas das mulheres e gostaria de entregá-lo, Deputado Wilson Santos, a Vossa Excelência. Eu trouxe uma via para Vossa Excelência. Aqui dentre os eixos de atuação nós temos as políticas públicas que traçam o perfil das mulheres; temos as políticas públicas diretamente de enfrentamento à violência contra a mulher; de educação para igualdade. Porque nós temos esse ciclo de violência e nessa situação que acaba redundando no assassinato uma ausência de noção de igualdade. A mulher é, praticamente, uma coisa. Ela é uma propriedade ou, no máximo, um ser despersonalizado que tem que obedecer. Então, quando se trabalha em igualdade, se trabalha contra a violência.

Nós temos o eixo de enfrentamento à violência, que a Dr<sup>a</sup> Jozirlethe muito bem indicou a necessidade de estruturação das delegacias, mas, também, o que concerne à PM e desse plano já rendeu, também, a conversa que originou a Patrulha Maria da Penha e que tenho certeza que vai originar e trará diversas outras ações que serão eficientes.

Esse plano, Deputado, indica à estrutura do Poder Executivo quais são as medidas e onde as medidas devem ser tomadas para enfrentar a situação de desigualdade de violência contra a mulher no Estado de Mato Grosso. É extremamente preciso; é extremamente bem elaborado e passa, por exemplo, pelo empoderamento da mulher e pela possibilidade de a mulher ter sua própria renda, porque a mulher que depende financeiramente do agressor não só para se sustentar, mas para pôr comida no prato dos seus filhos, não sai de casa. E ela não sai de casa porque, como dizem, gosta de apanhar. Ela não sai de casa, porque ela não tem condições de autossustentar. Então, a atuação na formação, na possibilidade de indicar para essa mulher um emprego, uma forma de renda, também, é combater a violência doméstica. É possibilitar que se ela for, se ela denunciar, se ela receber a medida protetiva e se ela tiver que sair de casa ela consegue trabalhar e se sustentar. Quer dizer, é complexo.

Eu ouvi... Eu estou aprendendo bastante, mas eu ouvi e acredito que quando foi lançado o projeto Maria da Penha que a mulher só permanece no ciclo de violência doméstica, porque não tem amparo. Então, isso foi traduzido de uma forma bastante eficiente no primeiro



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Estado que implantou a patrulha criando, efetivamente, uma rede de amparo: Prefeitura, Estado, entidades, voluntários da sociedade civil, um trabalho psicológico que é feito utilizando-se a estrutura que o Estado possui.

Muitas dessas coisas que estão nesse Plano, Deputado, já estão no PPA, porque, afinal de contas, ele vem sendo trabalhado desde 2014.

Eu gostaria de deixar para a sua equipe não só uma emenda já prometida, maravilhosa, a Dr<sup>a</sup> Jozirlethe, eficientíssima, já saiu daqui com uma excelente notícia, mas algumas indicações. Nós tivemos uma manifestação do Secretário de Segurança Pública que gostou muito de ser chamado para atuar nesses pontos e de conseguir enxergar na sua própria Secretaria de Estado o que ele precisa fazer para enfrentar um problema que, afinal de contas, é de toda sociedade.

Eu vim, especialmente, para deixar esse plano do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher com o Deputado que, afinal de contas, se revela preocupado com essa temática.

E, também, para dizer o seguinte: violência contra a mulher, basicamente, passa pela conscientização, pela modificação da cultura. Eu me lembro do relato de um caso que os vizinhos denunciaram a violência numa determinada casa. E já era um casal de idosos. Quando a Polícia chegou para atender o caso de violência a própria mulher que estava sendo vítima disse o seguinte ao policial: “Moço, o senhor não pode interferir, porque se ele está batendo, ele está batendo no que é dele.”. Então, a própria vítima se sentia... É uma geração anterior, mas eu acredito que os índices e a história que o Zíbio contou sobre o caso de um adolescente de 14 anos, ainda, desejando interferir na roupa que a menina vestia, revela o mesmo raciocínio: é dele!

Então, nós precisamos trabalhar isso, também, a conscientização. E para tanto eu falo aqui de uma campanha mundial que tem lugar, agora, no mês de novembro, e no mês de dezembro nos países que aderiram que se chama: “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Doméstica”. Ela começará no dia 25 de novembro, que é o Dia Mundial Pelo Fim da Violência Contra a Mulher, violência doméstica não, violência contra a mulher, e aqui, no Brasil, começará no dia 20 com o Dia da Consciência Negra. Haverá muitos eventos de diversas entidades. O Conselho da Mulher irá aos bairros onde há maiores índices de violência contra a mulher para fazer discussões, especialmente, com as mulheres, com adultos que estão fazendo a alfabetização de adultos, para levarmos essa temática e levarmos essa reflexão.

Esse dia, também, passa pelo dia 02 de dezembro, que é o Dia Mundial de Combate à AIDS, e ele, também, passa pelo dia 06 de dezembro, que é o Dia Mundial do Laço Branco, a campanha do Laço Branco que é exatamente o que está acontecendo aqui que foi o que o Deputado fez: homens pelo fim da violência contra a mulher.

A violência contra mulher não é um problema da mulher. É um problema da sociedade. Nós somos iguais perante a lei e seres humanos iguais. Não há sentido para a maioria de nós, pelo menos, felizmente, para os que estão aqui presentes, que a mulher seja alvo dentro da sua casa da violência do seu próprio companheiro.

Esses 16 dias de ativismo, que aqui, no Brasil, na verdade, são 21, se encerrarão no dia 10 de dezembro, que é o Dia Internacional dos Direitos Humanos, o dia em que foi assinada a declaração Internacional dos Direitos Humanos.

A violência, também, é simbólica e ela precisa ser combatida, essencialmente, na modificação da forma de pensar. O que precisamos combater é o machismo. Os três motivos elencados pela Rosana são tristes. Imaginem uma... Todos imaginam, mas eu vou dizer esta frase, enfim: imaginem uma mulher que, provavelmente, se casou com o amor da sua vida, então, falamos além da violência física, dessa violência psicológica, violência íntima, e como é a recuperação desse

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

---

ser humano se ele sobrevive ao ciclo de violência, a ser desfigurado, porque esse homem achou que a comida está com muito sal ou pouco sal?

Olha o terceiro motivo, pelo assassinato da mãe dos filhos dele, muitas vezes, isso é gravíssimo, isso é um tema que precisa ser enfrentado por toda a sociedade, e repito: ele precisa ser enfrentado na forma de pensar.

Eu agradeço pelo espaço e vou entregar para o Deputado esse plano elaborado por tantas mulheres, que sempre digo, elas pegam no chifre do boi, vocês vão aos bairros mais carentes, mas não só, porque a violência doméstica não é por classe, isso foi uma observação que quem me fez foi o Dr. Jamil Haddad, que, na Vara de Violência Doméstica, você tem classe A, classe B e classe C, então precisamos combater isso em todos os níveis, pois eu digo que vocês enfrentam isso realmente, pegando pelo chifre do boi.

Vou entregar para o Deputado. (PALMAS)

(A SRª GLÁUCIA ANNE KELLY RODRIGUES DO AMARAL PROCEDE À ENTREGA DO PLANO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER AO PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Drª Gláucia.

Vamos abrir as falas para os membros da mesa, o primeiro inscrito da mesa é a Professora Jacy Proença.

Professora Jacy Proença, é professora da rede municipal de ensino, concursada, efetiva há décadas, foi diretora da Escola Municipal Moacyr Gratidiano Dorilêo, no Parque Ohara; foi Vice-Prefeita da Capital, exerceu a Prefeitura por várias oportunidades; e é uma mulher muito atuante, não só na questão da educação, como da questão da promoção da igualdade racial, na defesa das minorias.

E, por toda essa luta de décadas, Jacy é uma das mulheres que consta no livro brasileiro de “Heroínas Negras do Brasil”, quero pedir uma salva de palmas a Professora Jacy Proença. (PALMAS)

A SRª JACY PROENÇA – Eu cumprimento a mesa na pessoa do Deputado Wilson Santos, que requereu esta Audiência Pública, este debate acerca da problemática extremamente grave no mundo, mas particularmente no Brasil, e demais componentes da mesa me permito cumprimentar nas pessoas dessas amigas que já foi... Nós temos uma caminhada longa – não é, Drª Rosana, Drª Jozi –, para mim é sempre uma satisfação encontrá-las, e a todas as demais pessoas presentes aqui.

Só que antes mesmo, Deputado Wilson Santos, conforme já foi dito aqui, desde mil novecentos, eu não sei precisar os anos, vamos até dizer mil novecentos e bolinha, a gente já vem nessa caminhada com essas mulheres guerreiras, e eu não sei se me falha a memória, não sei se as companheiras podem aqui afirmar isso, mas eu tenho a impressão que esta Audiência Pública foi o espaço, assim, mais representativo que nós já tivemos para discutir essa questão.

Pessoas de várias faixas etárias, estudantes, militantes e também com uma presença mais significativa, uma presença masculina mais significativa, o que vem denotar que essa não é uma problemática exclusiva das mulheres, mas é uma problemática que afeta a todas as pessoas, a toda sociedade.

As demais companheiras aqui que nos antecederam já colocaram, Deputado Wilson Santos, abordaram alguns aspectos, mas, assim, eu pontuei algumas questões e eu gostaria de compartilhar com vocês aqui.

Antes do advento da Lei Maria da Penha em 2007, Silvia, alguns levantamentos, estudos e pesquisas, principalmente junto às mulheres, sempre revelavam que as recomendações, ou

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

---

as preocupações, as medidas que as mulheres manifestavam, que eram necessárias quando conseguiam perceber esse tipo de problema, que ele poderia ser combatido, geralmente pautava em torno de recomendações que não envolviam, por exemplo, esse caráter, esse âmbito criminal-penal, era mais direcionado para outros aspectos.

“Ah, tem que ter uma assistência para mulher, tem que ter uma casa de abrigo”, era geralmente colocado nesses aspectos, e aí depois com o advento da Lei Maria da Penha, mais propriamente dito 2007/2008, alguns estudos colocam que o posicionamento dessas mulheres, de nós mulheres brasileiras, já se pautava um pouco mais para esse caráter, para o âmbito do penal, do repressivo, do punitivo.

E mais recentemente o posicionamento já vem no sentido que se um aspecto é importante, o outro também é, que essa questão não tem que ser combatida... Que políticas públicas, Jozi, não têm que ser adotadas priorizando ou “exclusivando” determinado caráter, que esse caráter das políticas tem que abranger diversos aspectos, esse caráter resguardado apontado pela lei, mas também e necessariamente... Só para vocês terem uma noção, 78%, em torno de 48 e adicionado outras questões, apontavam que é extremamente importante a forma como nós educamos os nossos filhos, que a mudança não tem que está só no outro, esperar que o outro mude, que o poder constituído promova essa mudança, mas que essa mudança comece inclusive a partir de nós, na forma como educamos meninos e meninas, na forma, por exemplo, que a escola trabalha essa questão das relações.

Então, na verdade isso vem exigindo comprometimento que não é só em relação ao outro, ou órgãos instituídos no sentido da aplicabilidade de alguns aspectos punitivos, no campo do penal, mas que necessariamente passe por um processo cultural, educacional acima de tudo, que as escolas e todas as pessoas envolvidas não só no espaço público, mas também no espaço privado... O nosso comportamento, a nossa postura, a nossa pedagogia tem que ser acima de tudo da igualdade. Enquanto nós falamos de igualdade, isso vai implicar acima de tudo relação de respeito, se necessariamente não de amor, o que seria que nos imaginamos e idealizamos, mas acima de tudo de respeito.

Então, assessoria jurídica é necessária; ter, por exemplo, um SOS mulher é necessário; ter delegacia principalmente nas cidades polo; ter, por exemplo, um centro de atendimento integrado às mulheres vítimas de violência é necessário, e aos seus dependentes; isso é necessário, mas isto também é necessário: uma reeducação, uma recolocação da nossa posição neste mundo, principalmente, enquanto mulheres. Nós precisamos ter essa compreensão. E saber que a nossa postura, o nosso se colocar neste mundo perante nós, os outros, também diz muita coisa. Então, isso é importante.

Eu espero que o Deputado Wilson Santos - e aqui, Deputado, me permita, eu sei que talvez seja muito repetitivo eu dizer isso, mas as companheiras que ajudaram inclusive nessa construção... Nós passamos por uma experiência muito valiosa aqui em Mato Grosso, particularmente, em Cuiabá, quando nós constituímos o Revive. E eu falo do Revive não é como uma medida que o Prefeito à época, Deputado Wilson Santos, adotou, mas uma política que ele percebeu que era importante ser construída, principalmente, por nós, mulheres; nós, atores, homens e mulheres que combatemos isso, que não compactuamos com esse grau de vivência à base de violência.

E vocês estiveram lado a lado na execução, na implementação e execução dessa política. E foi referência mundial essa política aqui, quantas capitais eu percorri falando dessa experiência de Cuiabá. Outros municípios, outras capitais avançaram nessa política que tomaram

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

---

Cuiabá como referência. Mas a limitação, a pequenez das pessoas, que, às vezes, exercem o poder não consegue vislumbrar a possibilidade de dar continuidade numa política pelo bem de todos e de todas e ceifaram essa política. Ceifaram uma política, uma execução, mas felizmente - e eu digo graças a Deus - não ceifaram pessoas que têm um comprometimento com essa causa.

Pessoas que estão, há 30 anos, se colocando, pedindo forças a Deus para se manter na luta, e eu compartilho disso. Mulheres, guerreiras, comprometidas com a construção de uma sociedade mais igualitária, mais justa, mais fraterna, mas também, felizmente, homens que se levantam, como exemplo de Vossa Excelência, Deputado Wilson Santos, que não é de hoje que tem se colocado lado a lado dessa causa, na medida do possível, porque Vossa Excelência não pode fazer o todo, mas a sua parte Vossa Excelência está fazendo. E exemplo mais do que concreto já se manifestou anteriormente e, hoje mais uma vez, quando nós temos até certo... Está se pairando neste País certo receio de se falar de determinadas questões, porque não se pode falar disso nas escolas, não se pode falar disso em canto nenhum, porque está partidalizando as escolas, mas essa é uma questão que afeta a todos.

Se as pessoas não permitem sequer tratar dessa questão, porque considera isso banal, como eu já ouvi inclusive de algumas outras pessoas falarem que isso não passa de “mimimi” de nós, mulheres, que somos feministas... (PALMAS)... Que pelo menos considerem essa questão, se não querem ter o lado humanitário, que pensem pelo menos nessa questão pelo aspecto econômico! Porque a questão da violência tem gerado um *deficit* na renda de mulheres, no mercado de trabalho, e na economia brasileira em mais de um bilhão por ano. Esse é o prejuízo que este País tem tido em função daquilo que tem que se investir para tentar reparar um dano que foi causado na mulher que sabemos que reflete num todo.

Então, pelo menos pelo aspecto econômico isso tem que ser levado em consideração. Esperamos que seja levado em consideração pelo todo, mas se não for pelo humanitário, que seja pelo menos por esse econômico, porque tem gente que só vê por esse viés, autoridades que só conseguem enxergar por esse viés.

Essa é uma questão que tem que ser enfrentada por todas e todos, tem que ser enfrentada no espaço público, mas também no espaço privado do nosso lar e exige um comprometimento com uma pedagogia e uma postura de igualdade.

Em linhas gerais, são tantas coisas que vêm diante de tantas situações que defrontamos no nosso cotidiano, de tantas lutas, de tantos embates, Dr<sup>a</sup> Rosana, que é difícil esgotar uma questão. Eu sei, Deputado, que esse comprometimento do senhor, vamos considerar assim, é um recomeço hoje, mas o senhor tem mais quatro anos de mandato pela frente, e que o gabinete do senhor e este espaço desta Casa sejam colocados à disposição das pessoas que querem juntamente somar esforços para vir efetivamente combater esse grande mal. Esse grande mal, não da mulher, porque a mulher não gera esse problema, mas como foi dito aqui... Sabe qual é a origem não só desse problema da violência? A origem desse problema está no machismo, a origem desse problema está no racismo que são pilares estruturantes dessa sociedade excludente e perversa. Então, que esses “ismos” sejam combatidos.

Eu creio, e não é à toa que acompanho e sempre o apoio, porque eu sei que Vossa Excelência é exatamente um instrumento que está se colocando à disposição, o seu mandato está se colocando à disposição para nos “reenergizarmos” aqui e vir mais uma vez, mais um dia, mais um ano, o quanto for necessário, enquanto vida Deus nos der, nós vamos promover relações mais humanitárias.

Muito obrigada. (PALMAS)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado, Professora Jacy Proença, que também implantou o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Cuiabá, implantou o Revive, que era um centro que recebia as mulheres violentadas em Cuiabá. Lá nós tínhamos delegacia, nós tínhamos Ministério Público, Defensoria Pública, e dali esse conjunto interdisciplinar acabava dando os encaminhamentos corretos. Uma pena que isso foi extinto, mas nós vamos continuar lutando para reviver o Revive que funcionava ali na Morada do Ouro em frente ao Palácio das grandes lojas e que hoje funciona um CRAS. Não temos nada contra os CRAS, os CRAS precisam ser ampliados, mas ali foi construído para ser o Revive. É importante essa restauração.

Vamos ouvir a Tenente Denise, que estava com vergonha de falar... O CREAS no lugar do CRAS.

Tenente Denise, com certeza, quando a senhora for coronel, comandante aqui da PM, vai lembrar com muita saudade do tempo dessa missão. Eu não sei se quando a senhora for primeiro-tenente, capitã, quando a senhora for major, quando a senhora for tenente-coronel, ou quando a senhora for coronel, a senhora terá sobre os seus ombros uma responsabilidade humanitária tão grande, Tenente.

Esses dias, eu li um livro de um político muito importante de Mato Grosso, ele foi vice-governador do Estado, foi deputado federal constituinte, foi deputado estadual várias vezes, foi secretário de Estado. E ao terminar o livro de quase trezentas páginas, ele me perguntou: “De todas as funções que eu exerci, o que é que você achou que foi a mais importante, que eu mais contribuí com o povo?” Não foi nenhuma para a qual o senhor foi eleito. De todas as funções que o senhor exerceu, em minha opinião, o que o senhor mais ajudou o povo, foi quando o senhor foi delegado de ensino. Ele falou: “Eu concordo”.

Então, às vezes, Tenente, a senhora que está iniciando a sua carreira no oficialato, já com a primeira estrela de Tenente, acha que exercerá funções muito mais importante quando for Major ou Coronel, mas, às vezes, Deus coloca no início da caminhada algo tão nobre, tão importante.

Por essa sua função que todos os dias Deus chova bênçãos sobre a senhora, proteção sobre a senhora, coração aberto para que possa desenvolver um dos trabalhos mais bonitos da nossa Polícia Militar do Estado, um dos mais importantes, que é socorrer aquela vítima fragilizada fisicamente, psicologicamente, na hora que ela mais precisa.

A senhora não imagina como que é aquela senhora espancada, machucada, com os ossos quebrados, com a alma destruída e quando vê uma luz no fim do túnel que é a senhora, a sua equipe, a sua patrulha, os seus homens e mulheres sob o seu comando chegar ali, porque ali representa que está salvando a vida dela e dos filhos dela.

Então, a Polícia Militar tem uma função nobre, mas a função que a senhora exerce é uma das mais nobres funções da Polícia Militar.

Parabéns!

Com a palavra a Tenente Denyse Alves! (PALMAS)

A SRª DENISE ALVES – Eu gostaria de agradecer a oportunidade, Deputado!

Cumprimentar Vossa Excelência, todos que compõem a mesa e todos aqui presentes.

Sinto-me muito lisonjeada por, hoje, assumir a função de Coordenadora da Patrulha Maria da Penha, em Cuiabá. Realmente, quando eu estava trabalhando no serviço ordinário, na rua mesmo, sem estar na patrulha Maria da Penha, íamos às ocorrências e nos deparávamos com a

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

---

mulher logo após sofrer agressão e ela sempre falava: “Mas eu não quero ir à Delegacia, não quero registrar um Boletim de Ocorrência, não quero pedir medida protetiva, porque, depois, ninguém vai me acompanhar. Essa medida não terá uma fiscalização e o meu marido, o agressor, voltará e me agredirá novamente.”. Então, ela se sentia sem esse amparo, sem esse apoio. E vimos que era recorrente, que, novamente, voltava e acontecia agressão com aquela mulher. Com a patrulha Maria da Penha nós tivemos essa esperança. A esperança foi revivida de que atenderíamos essas mulheres e dando esse apoio para elas entenderem que não estão sozinhas, que estão sendo acompanhadas.

E falando da criação da patrulha foi pensada a Câmara Temática da Secretaria de Segurança Pública, que foi criada a partir dessa reunião entre os diversos Poderes: Poder Judiciário, Ministério Público, a Dr<sup>a</sup> Rosana da Defensoria Pública esteve presente, também; a Dr<sup>a</sup> Josi, da Delegacia da Mulher. Então, vários Poderes se reuniram, várias entidades se reuniram para criar essa Patrulha Maria da Penha. A Polícia Militar sozinha não consegue, porque você vai atender essa mulher, vai chegar à casa dela, ela vai precisar de um atendimento psicológico, de uma assistente social, ela vai precisar da Defensoria Pública, ela vai precisar de várias outras entidades.

Então, foi criada a Patrulha da seguinte forma: nós trabalhamos... A partir do momento que a medida protetiva foi deferida pelo Juiz, ela é encaminhada para nós e nós fazemos o atendimento dessas mulheres que possuem medida protetiva. Vamos até a residência dessas mulheres, entramos no íntimo mesmo, em conversa, dentro da residência dela, se ela aceitar receber essa Patrulha, e conversamos com ela. Verificarmos o grau de risco que ela está correndo, nos colocamos à disposição, deixamos telefone para ligar, a qualquer momento que ela se sentir ameaçada ou se sentir agredida, de qualquer forma, entrar em contato conosco e dependendo do grau de risco fazemos essa visita diária ou a cada dois ou a cada três dias. Sempre estamos em contato com essa vítima.

Teve casos, agora, no início do nosso projeto-piloto que está acontecendo, agora, no Bairro Dom Aquino, tivemos alguns casos de chegarmos às residências e encontrarmos os agressores nas casas e indagada a vítima por que ela tinha retornado, por que estava acontecendo aquilo novamente, muitas vezes, relatam a questão de dependência financeira, às vezes, dependência emocional, também. Na maioria dos casos, elas têm filhos, não têm trabalho, precisam ficar em casa cuidando dos filhos; às vezes, não têm o apoio e o amparo da família e se veem necessitadas de ter aquele homem dentro de casa, na maioria dos casos, na maioria das vezes.

Aconteceu, também, nessas visitas que fizemos a essas mulheres do Bairro Dom Aquino de o agressor não estar ciente da medida protetiva. Pode acontecer, também, de o oficial de justiça ir até a casa, ao endereço que foi relatado por esse agressor e não conseguiu localizá-lo. Eles dizem que não estão cientes, não foram localizados, oficial de justiça não conseguiu contato e eles ficam naquela ignorância: não, eu não estou sabendo, então, vou permanecer na minha casa que é minha propriedade, junto com a minha mulher. Muitas vezes, nós chegamos e damos ciência a ele dessa medida protetiva.

Teve um dos casos que demos ciência a ele e pedimos que se afastasse da residência, porque a mulher não queria que ele permanecesse ali. Ele estava contra a vontade dela e nós tivemos que pedir para ele se afastar do lar. Muito contrariado eles ficam, óbvio, porque entendem que a mulher é propriedade, que a casa sempre é só dele, ele quem comprou, construiu. Então, nós encontramos essas barreiras no dia a dia.

Teve outro caso, também, muito específico - estou dizendo das visitas que fizemos até o momento -, de uma questão religiosa: o casal, os dois são muçulmanos, de outra nacionalidade e o marido entende que é normal agredir a mulher na hora, no momento que ele quiser, na hora que

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

---

ele bem entender. Ele diz que no país dele isso acontece e a mulher é propriedade, mas no Brasil as nossas leis são diferentes. Então, ele tem que se adequar ao que nós vivemos aqui. É outro caso bem complicado, bem específico, porque entra nessa questão religiosa, cultural. Nesse caso também, ele alegou não ter conhecimento da medida protetiva e foi feito da mesma forma, pedido o afastamento dele da residência. A mulher é extremamente dependente, porque o marido a impedia que ela tivesse acesso a estudo, trabalho, dinheiro, impedia que ela trabalhasse para ter o próprio dinheiro, o próprio sustento, impedia que ela tivesse amigos, até o contato com a família, também, era muito restrito. Então, ele a colocou em uma bolha, vamos dizer assim, impedindo que ela tivesse contato com outras pessoas que fizessem ela parar com aquele ciclo de violência, vamos dizer assim.

Então, este é um caso que exponho para dizer que há várias coisas que impedem essa mulher de sair desse ciclo de violência: questão religiosa, questão familiar, a própria dependência.

A patrulha Maria da Pena veio para ajudar ajudá-las nesse sentido, para dar esse apoio, para dizer: olha, a senhora está com medida protetiva, nós estamos aqui, vamos te ajudar, pode ligar a qualquer momento. Já tivemos um retorno muito positivo de mulheres que falaram: “Não, agora eu me sinto mais segura e, agora, eu não quero mais viver nessa vida, quero, realmente, tomar uma postura diferente.”.

Inclusive, nós conseguimos com a Dr<sup>a</sup> Rosana, na Defensoria Pública, que essa mulher muçulmana – o caso que contei para vocês - fosse atendida por uma psicóloga. A partir desse atendimento, que foi hoje de manhã, ela se mostrou muito mais forte: “Não, eu vou dar entrada no pedido de divórcio. Não quero mais viver nessa vida”. Então, ela estava ali acuada, não tinha ninguém para estar apoiando, ajudando.

A Polícia Militar, com os demais órgãos, quando criou essa Patrulha Maria da Pena tinha esse entendimento de que precisávamos fazer alguma coisa. Nós precisávamos fazer algo para apoiar essas mulheres. Não era somente ir atender a ocorrência e resolver ali no local. Muitas vezes nem achava o agressor no local da ocorrência e, pronto, deixá-las sem esse amparo posterior.

Então, a Patrulha Maria da Pena vem agindo dessa forma. De início, foi no Bairro Dom Aquino e agora já estamos analisando a expansão para os demais bairros e até o ano que vem todos...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Tenente, a Patrulha começou, efetivamente, quando?

A SR<sup>a</sup> DENYSE ALVES – O lançamento da Patrulha foi no dia 11 de outubro deste ano; o início das visitas foi no dia 22 de outubro, iniciamos também nesse ano, e o projeto-piloto vai até janeiro, que é para verificar esse entrosamento entre os Poderes, entre as entidades e essa criação da rede que não é somente a polícia, os demais órgãos também tem que estar envolvidos.

A partir do ano que vem o interesse e a ideia da Polícia Militar é estar capacitando todos os policiais militares de todos os Batalhões de Cuiabá para estarem atuando, ter uma guarnição em cada Batalhão para estar atendendo pela Patrulha Maria da Pena.

Então, a princípio, estamos com oito policiais, são duas guarnições que trabalham todos os dias, de segunda a sexta-feira, e o telefone fica sempre pronto para estar recebendo as chamadas dessas mulheres que estão sendo protegidas.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – E qual é o telefone? Você poderia falar?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

A SR<sup>a</sup> DENYSE ALVES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – É da senhora? (RISOS). Fala bem devagar que tem muitas pessoas assistindo e as representantes aqui podem anotar o telefone da Patrulha Maria da Penha.

Anota aí, Jurubeba. Você com essa cara de bravo aí...

Por gentileza, Tenente.

A SR<sup>a</sup> DENYSE ALVES – 99942-7983

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – São três 9?

A SR<sup>a</sup> DENYSE ALVES – 99942-7983.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – 999427983 é o telefone da Patrulha Maria da Penha. É um piloto. Está só no Bairro Dom Aquino por enquanto?

A SR<sup>a</sup> DENYSE ALVES – Isso. Inicialmente, foi no Bairro Dom Aquino. A partir da próxima semana vamos iniciar no Bairro CPA III e, na sequência, a partir das necessidades e da nossa logística, também, estaremos ampliando.

O Bairro Dom Aquino é o segundo maior com índice de medida protetiva, o primeiro é o Bairro Pedra 90. Porém, por conta da distância e da demanda, que é bem maior, a nossa logística, por enquanto, nos impediu. Por isso, começou no Bairro Dom Aquino, que é o segundo; o próximo é o CPA III, que é o terceiro maior índice de medidas protetivas em vigor.

Então, estamos à disposição. A Polícia Militar, não somente a Patrulha, mas todas as guarnições estão trabalhando para capacitar todos os policiais para terem essa visão diferenciada de que não é só o atendimento de ocorrência e esquecer aquela mulher, não, tem que ter o pós-ocorrência. É isso que a Patrulha Maria da Penha vem fazendo. Tem que ter o pós para dar esse apoio e amparo a essas mulheres que necessitam.

A Polícia Militar vem trabalhando dessa forma. Na medida do possível, estaremos indo nas escolas, na região do bairro onde estamos atendendo, fazendo essa prevenção primária também, conversando com os alunos, explicando o nosso trabalho de que estamos atuando e estamos à disposição.

Agradeço a oportunidade, Deputado, e a Polícia Militar está à disposição de todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Quero parabenizar o Comando da Polícia Militar. Muito bacana esse trabalho! Isso é o que acontece mesmo de pragmático. Isso inibe!

Eu brigo aqui, Tenente. Aqui na Casa nós temos mais ou menos 50 policiais militares, colegas seus, soldados, cabos, praças e oficiais, até coronéis, dois ou três, tenho um projeto para que todos eles saiam da Assembleia Legislativa, que eles voltem às ruas (PALMAS).

Esse trabalho meio, esse trabalho administrativo, a Assembleia tem que ter a polícia legislativa dela, como a Assembleia Legislativa do Acre tem, de Minas Gerais, como o Senado tem, como a Câmara dos Deputados Federais tem. Eles não usam Polícia Militar. Aqui tem 50, aproximadamente, policiais militares. Não estou fazendo nenhuma crítica a nenhum deles. São exímios! Estão de parabéns todos! São excelentes profissionais! Mas, em minha opinião, não é aqui que eles têm que estar, não! Eles têm que estar lá na Patrulha Maria da Penha reforçando, porque no ritmo que vai a Patrulha daqui a 100 anos não cobriu Cuiabá.

Dom Aquino, CPA III, CPA IV, CPA V, Pedro 90, Tijucal... Estou falando, porque tenho 30 anos de experiência, fui Prefeito desta cidade, sei o que estou falando. Dom Aquino tem 25 mil habitantes, aproximadamente; Cuiabá tem 600 mil habitantes! E a hora que a mulher do Osmar Cabral gritar? A mulher do Praeirinho berrar? A mulher daqui gritar?



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Então, se nós tirarmos esses policiais todos da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, do Tribunal de Justiça... Eles têm duodécimo! Eles que criem a polícia deles! Essa polícia é nossa, é do povo, é para estar aqui ajudando o povo, quem está sendo espancado, violentado, roubado, estuprado na rua.

Eu fiz um projeto aqui para que a Polícia Militar de Mato Grosso saia da Assembleia Legislativa, volte para os quartéis, volte para as ruas, para as portas das escolas, faça as suas patrulhas e aqui a Assembleia Legislativa faça concurso público e crie o setor de segurança dela, porque ela tem 500 milhões por ano e não é possível que 500 milhões por ano não dê para cuidar de um quarteirão com 24 Deputados. Não é possível que não dê! Claro que dá!

Então, agora a sociedade está ficando mais antenada, está tendo redes sociais, tendo tudo, vamos cobrar. Se Deus quiser, quem sabe agora, na próxima Legislatura, consigamos criar a polícia do Legislativo, que a Assembleia Legislativa pague com o dinheiro e dela e devolva os policiais para cumprir a função deles, que é ajudar na segurança do cidadão (PALMAS).

Convido a Dr<sup>a</sup> Clarissa Lopes Dias Maluf Pereira, Diretora da Caixa de Assistência e Membro da Comissão de Direitos da Mulher da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso.

A SR<sup>a</sup> CLARISSA LOPES DIAS MALUF PEREIRA – Boa tarde!

Cumprimento o Deputado.

Eu vou quebrar um pouquinho o Protocolo e falar sentada mesmo. Vou ser breve.

Quero agradecer ao Deputado. Cumprimentar as colegas e os colegas!

A OAB também está muito preocupada com a questão de igualdade de gênero, estamos em campanha lá. Temos o Presidente Leonardo, que está se candidatando, chapa única e desta vez viemos com a Vice-Presidente, nossa Gisela, representando as mulheres.

E na Caixa de Assistência, que é onde eu participo na OAB, temos 70% de composição de mulheres. Lá nós temos mais mulheres do que homem na diretoria.

A OAB se preocupa muito com essa igualdade de gênero, porque, como já foi dito aqui pelos colegas, a igualdade entre homens e mulheres é o princípio para combater a violência. Como voz da sociedade, a OAB entende que as políticas públicas junto com o engajamento da sociedade é que vai mudar essa realidade.

Então, nós temos a participação no Conselho Municipal da Mulher, participação no Conselho Estadual, temos programas nas Comissões da OAB voltado para as crianças, tem a “OAB Vai à Escola”, que trata um pouco desse assunto da violência, temos que tomar um pouco de cuidado ao falar com as crianças, mas levamos informações também, como foi dito, pela importância da educação das nossas crianças, as crianças são o futuro. Nós temos o “OAB vai à Escola”, feita pela COJAD, Comissão dos Jovens Advogados, que trata desse assunto com jovens, com adolescentes, principalmente na identificação dos relacionamentos abusivos, que é onde, como a Dr<sup>a</sup> Glaucia disse, começa a violência.

Os números são alarmantes.

É muito importante esse tipo de debate, Deputado, para que a sociedade, e fiquei feliz em ver os jovens aqui e também muitas mulheres jovens, para debatermos e cobrarmos políticas públicas.

A Dr<sup>a</sup> Rosana bem disse que para a igualdade entre homem e mulher constar na nossa Constituição em 1988 foi preciso uma mobilização das mulheres, que foi conhecido como o “Lobby do Batom”. As mulheres foram para dentro do Congresso Nacional brigar para que esse

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

---

direito constasse como princípio fundamental da Constituição. Então, a nossa luta começou lá com os Direitos Humanos e ela vem até hoje.

Nós da OAB, como representantes da sociedade, diremos o seguinte: vamos à luta, mulheres. Ninguém fala por nós.

Nós temos que cobrar, sim, o Deputado já se comprometeu com uma emenda de 400 mil, então não só a Jozi, mas nós vamos cobrá-lo e cobrar dos outros políticos e dos outros Poderes essas políticas públicas.

Quero dizer também, Deputado, que existe a rede de enfrentamento recém-lançado em Várzea Grande, que traz esse amparo à mulher na questão psicossocial com a patrulha Maria da Penha e todos os órgãos que são necessários para dar esse amparo à mulher, para que a mulher se sinta protegida, porque o problema hoje de violência doméstica não é um problema particular, é um problema da sociedade, de todos nós.

Eu tenho certeza que as mulheres e homens que aqui estão conhecem ou já ouviram falar de alguém que já sofreu violência doméstica em casa.

Também existe a rede de enfrentamento em Barra do Garças, que é a primeira no Estado e está sendo muito bem executada lá. É nosso modelo para implantação em outras cidades.

Depois, se o senhor tiver a oportunidade de conhecer a rede de Barra do Garças, lá o projeto está andando já há mais tempo, com universidades, buscando. Lá tem patrulha, tem universidades buscando dados, tem a sociedade civil organizada junto com o Poder Público atuando. A delegacia lá é só da mulher, existe uma psicóloga dentro da delegacia para atender, não é doutora? Então, o projeto lá está bem avançado e ele é um modelo para outros municípios.

Então, quero agradecer a oportunidade e dizer também que a OAB assina em baixo nessa luta. Nós também temos tratado esse assunto dentro da OAB, colocando também as mulheres nas diretorias para decidir e para tentar levar a visão feminina para as decisões. Eu acho que é aí que nós começamos a mudar o cenário atual. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Doutora Clarissa.

Eu, quando fui prefeito, tinha um conjunto de secretários homens e outro de mulheres. Posso dizer rapidamente o seguinte: as secretárias mulheres eram mais comprometidas, sensíveis e honestas.

A SR<sup>a</sup> CLARISSA LOPES DIAS MALUF PEREIRA – Graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Falo da minha experiência de prefeito cinco anos e três meses à frente desta cidade.

As mulheres são mais comprometidas com aquilo que assumem, levam mais a sério e são honestas.

Raramente vê-se o nome de mulher em escândalo da PETROBRÁS, da Lava Jato. Não é? Difícil ver. Tem, porque há exceção, mas é raro você ver o nome de uma mulher envolvido na corrupção. É difícil ver mulheres exercendo funções públicas: Secretárias de Estado, Ministras, Coordenadoras de Despesa. É difícil ver o nome de uma mulher.

São mais comprometidas quando assumem uma causa, mais honestas e mais sensíveis.

O homem só vê uma coisa de cada vez, igual aquela caixinha. A mulher vê doze coisas, cinquenta ao mesmo tempo. Está certo?

Muito obrigado pela presença.

Parabéns pelo trabalho na OAB!

Parabéns pela gestão do Leo! Foi tão boa que é candidato único, não é?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Parabéns a você, ao Leo, ao Dr. Flávio Ferreira! É um timaço muito bom! Está de parabéns a nossa OAB!

Com a palavra, a Dr<sup>a</sup> Sirlei Theis, que tem andado, feito sua luta, trabalhado, é uma protagonista dessa luta, tem dado entrevistas, participado em Conselhos, tem sido uma guerreira, uma lutadora também nessa batalha contra a violência contra as mulheres.

A SR<sup>a</sup> SIRLEI TERESINHA THEIS DE ALMEIDA – Boa tarde!

Eu quero agradecer, Deputado, não planejei o discurso, mas diante de tudo que ouvi, vou falar sobre a questão.

Quero parabenizar a Tenente Denise pelo trabalho que está fazendo com a patrulha.

Comecei a falar sobre violência doméstica em 2016, quando eu saí na defesa de um Projeto de Lei que permitia que o Delegado pudesse conceder medida protetiva, independentemente de ter que passar pelo Ministério Público e Juiz, em caráter de urgência.

Por que eu saí na defesa desse Projeto de Lei? Porque fui vítima de violência doméstica.

Em 1988 eu conheci uma pessoa, Deputado, e quero falar a Vossa Excelência que estou escrevendo um artigo falando que eles são acima de qualquer suspeita. Geralmente os agressores de mulheres perante a sociedade são pessoas que estão dentro da alta sociedade, tem um círculo aberto em todos os lugares, são bons amigos, e isso dificulta muitas vezes a vítima falar sobre isso com os familiares muitas vezes.

Eu, em 1988, Deputado, conheci uma pessoa que faz parte do seu ciclo de amizade, que foi criado no seu bairro Baú, que era uma pessoa que aparentemente era maravilhoso, pessoa muito gentil, muito educado, que me cercou e me conquistou. Depois de conquistada, a primeira surra que eu levei foi de mão de pilão. Ele só não me matou porque eu estava dentro da casa dos pais dele.

Foi assim que eu comecei a luta! Por quê? Eu ia denunciar? Como eu ia sair e denunciar uma pessoa que quase me matou? E a agressividade dele dentro de casa era tão grande que nem os pais dele tiveram coragem de me levantar do chão Eles o tiraram de cima de mim, afastaram, mas tinham medo de mexer comigo, porque, senão, o que ele poderia fazer para eles? Mas fora dali ele é uma pessoa maravilhosa, ele é o amigo de todo mundo, ele ajuda as pessoas.

Aquele dia ele não me matou fisicamente, mas matou a minha alma. Demorou muito tempo para eu conseguir conquistar a minha confiança novamente, porque para eu sair de dentro daquela casa tinha que fazer com que ele acreditasse, novamente, que eu o amava, confiava nele, que ele era a pessoa mais importante da minha vida, para eu conquistar um espaço e ter a chave da casa, novamente, para eu poder sair, para poder ir a minha faculdade. Para eu conseguir fazer uma prova, como eu sou branca, fiquei roxa da cabeça aos pés, demorou quase 30 dias para sair aquela roxidão e eu tinha prova para fazer. Quando cheguei para fazer essa prova já tinha passado bastante os hematomas, mas não tinha como a maquiagem tampar. Quando eu abri a porta a minha professora, professora de Direito Civil da UNIC, Dr<sup>a</sup> Daniela - não esqueço o nome dela - falou assim: “Nossa, o que aconteceu?”. Eu falei assim: levei uma surra do meu esposo e aí dei uma risadinha. Ninguém acreditou! Ninguém acreditou! A sociedade é muito hipócrita. Ela prefere acreditar aquilo que não está na visão dela. Quando eu falei: foi o meu marido que me deu uma surra, ninguém acreditou, eu estava pedindo socorro. Eu estava dentro de uma faculdade, dentro de um Curso de Direito e ninguém acreditou naquilo. Para mim foi melhor fazer de conta que eu tinha caído, que eu tinha me machucado, porque era no que eles queriam acreditar.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

E depois de tudo aquilo eu levei quase 9 anos para conseguir me libertar desse homem. Quase 9 anos, porque, na época, não tinha a Lei Maria da Penha. No dia a dia era difícil, porque para eu conseguir a liberdade de ir e vir era muito difícil. Eu consegui, realmente, me libertar desse homem quando eu passei no concurso público e fui trabalhar na Secretaria de Segurança Pública. O meu chefe passou a ser delegado federal; os meus amigos passaram a ser policiais, delegadas e eu tive coragem de falar para ele: eu estou no meio da segurança, estou dentro da segurança. Você não vai fazer mais nada comigo, mas eu demorei quase 8 anos para conseguir falar nesse assunto, porque me doía a alma isso. Há pessoas, mulheres passando por isso diariamente! E ele está solto!

O mais importante nisso tudo é que no dia que escrevi aquele artigo, recebi inúmeras mensagens, inúmeros *e-mails* de muitas mulheres, mulheres policiais, mulheres defensoras públicas, mulheres advogadas, mulheres delegadas, mulheres juízas me dando parabéns, mulheres que exercem altos cargos dentro da administração pública: “Parabéns pela coragem! Eu, também, já fui vítima só que não tive a coragem de falar.”. “Parabéns! Você deve continuar fazendo isso! Muitas mulheres não têm coragem de denunciar, porque têm vergonha, por vários outros motivos e você vai fazer com que essas mulheres se encorajam.”

Foi ali que nasceu o primeiro trabalho, mas teve uma mulher que, realmente, me motivou a continuar essa defesa, outra vítima do mesmo homem, outra vítima falando: “Você não me conhece, mas eu sei quem você é e quero falar para você que passei com ele as mesmas coisas que você disse nesse artigo.”. Aquilo me tocou, porque mostrou que a minha inércia, a minha omissão, mesmo que, naquela época, não tivesse Maria da Penha, não tivesse uma patrulha para me dar assistência a hora que eu pedisse, permitiu com que ele fizesse outras vítimas.

Então, eu vejo assim que, hoje, se eu voltasse lá, se nós não tivéssemos uma patrulha, também, não teria a coragem de denunciar. Por quê? Eu sei que a hora que voltasse para casa com papel ele iria me matar, porque se na primeira surra ele quase me matou, imagina se volto com um papel para dentro de casa?

A realidade é essa, Deputado Wilson Santos!

Hoje, eu faço um trabalho... Dessa matéria se criou uma página no *facebook*, dessa página veio uma palestra que eu ministrei no Estado todo e dessa palestra veio um grupo de apoio no *whatsapp* pelo qual, hoje, ajudamos mulheres. São mulheres vítimas e ex-vítimas ajudando uma, outra, terapia em grupo. Por quê? Quando uma mulher, muitas vezes, vai à delegacia ela não está precisando de um policial. Ela está precisando de um psicólogo; ela está precisando de um advogado, ela está precisando de um assistente social que vai direcionar, que vai mostrar como ela agir, para onde ir, por onde começar. O delegado vem depois, a hora que ela estiver preparada para denunciar.

Eu posso falar para vocês que estou atendendo um caso, agora, de uma vítima - que não vou falar de onde é - que ela está desesperada, porque o marido, na última vez que ela tentou se separar, ele deu um tiro dentro de casa. Como ela vai denunciar? Lá não tem patrulha. Só que naquela cidade ela tem toda a sua família, os amigos, é concursada no município... Ela terá que abandonar tudo, que ir embora daquela cidade, se ela quiser garantir a vida dela. É dessa forma que funciona!

Então, a Patrulha é muito boa, mas, hoje, nós temos... Se contarmos os municípios no Brasil inteiro, dá para contarmos nos dedos os municípios que têm a Patrulha, que têm a rede de atendimento à mulher.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Então, essa situação, realmente, eu vejo, que cada uma dessas pessoas que estão aqui faz o máximo que podem fazer dentro das condições que elas têm para trabalhar. O resultado é muito acima daquilo que se poderia ter, porque quem pode, quem manda, quem tem poder de fazer diferente, não manda recurso, não libera recurso.

Então, nós precisamos, sim Deputado Wilson Santos, que o senhor não mande somente 400 mil não, porque 400 mil dão somente para arrumar alguns prédios, mas não são suficientes, porque o que nós precisamos lá dentro é de atendimento. Nós precisamos ter pessoas qualificadas para atender, que vão dar o atendimento certo que essas mulheres precisam.

É isto que eu peço ao senhor: levante essa bandeira, ajude essas pessoas que querem fazer, que podem fazer, mas é o senhor que tem poder para fazer. É dessa forma que, realmente, o Estado de Mato Grosso pode sair da lista do Estado que mais mata mulheres no Brasil.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Nós que agradecemos, Sirlei!

Por isso eu fiz questão que você desse esse depoimento extremamente sincero, corajoso. Eu tenho certeza que a *TV Assembleia*, depois, vai separar esse depoimento e, com a sua autorização, reprisá-lo várias vezes para encorajar muitas mulheres que são violentadas diariamente neste Estado e neste País.

Com a palavra, a Professora Nicinha, de Várzea Grande.

Antes, o Luiz vem aqui, Zé Luiz Almeida.

Vamos chamando aqui: Edinei da Silva Rosa... Não, desculpe! É esta lista aqui: Professora Jaci já foi; Dr<sup>a</sup> Clarissa já foi, Sirlei já foi; Dr. Heitor Geraldo Neves, Presidente em exercício da Associação de Familiares Vítimas da Violência em Mato Grosso.

Dr. Heitor!

Depois a Professora Nicinha! Eu me confundi aqui. Por gentileza.

O SR. HEITOR GERALDO REYES – Boa tarde a todos!

É com muito prazer em ser o primeiro homem... Segundo homem a se manifestar no plenário de mulheres com tanta experiência nessa temática tão difícil que verificamos todos os dias.

Eu estou na Presidência hoje da AFVV, já fui presidente outras vezes, e a nossa associação trata de todo tipo de violência.

Deputado, estamos numa temática muito complexa sobre a violência, a violência atinge a todos, infelizmente hoje atinge mais as mulheres, porque elas estão mais próximas a esse tipo de... E aí ouvimos um depoimento tão bonito como o da Sirlei, escutamos todos os dias, Sirlei, esse tipo de depoimento na AFVV, a Silvia e a Adriana, que acompanham comigo... Temos ouvido esse tipo de depoimento todos os dias na AFVV.

Queremos políticas públicas não só para combater por policiais, numa viatura, numa delegacia, queremos políticas públicas que realmente recuperem essa violência que foi praticada contra a mulher, queremos psicólogos, assistentes sociais, queremos pessoas que dê uma nova oportunidade para essas pessoas terem um novo caminho, de emprego. Então, essas ações não podem ficar restritas a segurança pública.

Para termos um exemplo bem plástico, tivemos uma denúncia, Deputado, que é a coisa mais triste que eu ouvi nos últimos tempos, que ouvimos com muita tristeza, uma moça que foi violentada e foi à delegacia prestar queixa desse ato que ocorreu com ela. Ela prestou queixa e aí teve que fazer um exame de corpo de delito.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Deputado, não tinha viatura para levar essa mulher para fazer o corpo de delito, ela, suja, teve que ir de ônibus, se humilhando, sozinha, sem acompanhamento de ninguém para fazer o exame de corpo de delito com homens.

Vossa Excelência imagina uma situação como essa? Será que o Estado não tem condições de ter uma viatura para levar uma vítima assim? Será que nós, nesse nível desumano que temos hoje, não vamos ter condições de mudar isso?

Nós estamos começando um novo ciclo de poder, de Governo, nós temos que repensar tudo isso, nós temos que repensar! O que nós queremos? Nós não podemos querer só a solução para um: a violência contra a criança, contra o idoso, contra mulher. Nós temos que pensar a violência contra todos, todos os seres humanos. A lágrima que corre no rosto de uma mãe que perdeu uma filha é a mesma lágrima da que perdeu um filho, da que perdeu um pai assassinado, ou é diferente, ou eu estou errado?

Nós temos que pensar como um todo. Logicamente, cada caso tem as suas coisas especiais. Nós temos que ter delegacias especiais para tratamento de mulheres, logicamente que temos que ter isso! Logicamente, temos que pensar políticas para recuperação para as pessoas não cometerem crimes, Deputado.

Nós temos que pensar em reorganizar a educação, como teve uma das palestrantes, não lembro quem foi, que falou que nós temos que dar aula de não violência contra a mulher nas escolas. Não, Deputado. Não temos que ensinar violência nas escolas. Nós temos que implantar a cultura da paz. Cultura que não leve violência de forma nenhuma.

Nós não podemos hoje tocar em nome de violência. Nós somos uma Associação que nós fomos contra... Fomos a favor da campanha de desarmamento, parece-me que tem hoje metade da população favorável, metade contrária. Mas nós precisamos de segurança pública para não necessitar de armamento.

Nós precisamos que os policiais saiam de dentro dos fóruns, das Assembleias Legislativas, das Câmaras, do Senado e vão para as ruas, Deputado. Nós temos que mudar essa situação. Nós não aguentamos mais, o povo está à mercê dele mesmo. Então, infelizmente, nós temos que buscar algumas ações, por meio de ONGs, como estas que estão aqui, fazendo o papel do estado, sem condições.

Imagina no Estado não ter uma delegacia da mulher, duas delegacias, dez delegacias, isso é um absurdo. Nós temos condições de ter atendimento essencial à mulher, à criança, ao jovem. É fácil. É só parar um pouquinho para reorganizar este Estado, que está uma bagunça em todos os níveis, e vemos qual é a prioridade? A prioridade, ao meu ver, tem que ser da pessoa humana. Nós temos que cuidar dos humanos. Infelizmente, nós cuidamos mais dos agressores e nós nos esquecemos das vítimas.

Nós, Deputado, como vítimas de violência, não temos direito nenhum. Eu tive o meu filho assassinado, tive que pagar um advogado para fazer a defesa como vítima, ajudar o Ministério Público, porque o Ministério Público tem duas, três mil ações para cada promotor. Então, eu quero os mesmos direitos! Porque o agressor tem direito a um Defensor Público e a vítima não tem?

Quando um agressor está preso em uma delegacia, Deputado, chega primeiro um marmiteix e um advogado para ele; e a vítima, muitas vezes, não tem direito à água, Deputado! Muitas vezes, ela fica na delegacia por 05, 06 horas esperando para dar um depoimento; e o agressor já está em uma situação confortável, com o seu marmiteix, se ele não gostar do marmiteix, ele joga

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

---

fora, o advogado já chegou... Nós temos que cuidar também da vítima. Nós não queremos ter mais valores, não queremos ter coisas diferentes dos agressores, nós queremos ter direitos iguais.

E eu luto, Deputado, já estivemos com a Maria da Penha, há muito tempo, Sílvia, já vimos lutando, estamos com essa vontade imensa de mudar essa situação.

Toda vez que estamos em uma Audiência Pública, Deputado, saímos sem muita coisa prática.

Eu quero propor uma coisa para a Assembleia Legislativa: divulgue o nº 180, que é o *disk* denúncia, que, só nesse primeiro semestre, para vocês terem uma ideia, teve 72 mil pessoas que ligaram para o *disk* denúncia, que é o 180. Seria feito pela Assembleia Legislativa uma peça publicitária para divulgar esse *disk* denúncia, mas que esse *disk* denúncia funcione no nosso Estado, que a delegacia, a promotoria tenham condições de ir atrás das pessoas que praticaram isso, vamos tentar recuperá-lo no primeiro momento, mas vamos recuperar a vítima e não só o agressor. Vamos recuperar a vítima, a família dessas pessoas.

Em nome da Associação de Famílias Vítimas da Violência, agradeço a todos.

Nós falamos com o coração apertado, porque sabemos como dói uma mãe denunciar o próprio marido, uma mãe denunciar o próprio filho. Isso é muito triste! E o depoimento da Sirlei é uma realidade. O que aconteceu com ela é o que acontece com várias mulheres, a pessoa que ela amava fez uma violência contra ela.

Então, muito obrigado, estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado ao Dr. Heitor, ele é o Presidente em exercício... E eu nem sabia que existia uma Associação de Familiares Vítimas de Violência em Mato Grosso. Então, quem está assistindo à *TV Assembleia* passa a tomar conhecimento de que existe aqui em Mato Grosso uma Associação de Familiares Vítimas de Violência no Estado de Mato Grosso.

Quero convidar agora a Sr<sup>a</sup> Fabiana Soares, a Fabiana é Coordenadora da Casa de Amparo, e neste ato representa o Secretário Municipal de Assistência Social de Cuiabá, o Sr. Wilton Coelho. (AUSENTE)

Comandante Evandro Homero Dias, Secretário Municipal de Defesa Social de Várzea Grande. Se o senhor quiser falar sentado, Comandante, se não o senhor pode usar a tribuna, fique à vontade.

O SR. EVANDRO HOMERO DIAS - Quero cumprimentar a mesa na pessoa do Deputado Wilson Santos, o qual eu parabeno por esta Audiência Pública a essas mulheres que nos geraram.

Eu costumo sempre elogiar a minha esposa, porque eu falo que ela é uma guerreira, ela é a pessoa que bate o escanteio e faz o gol; pega a bola e põe no meio do campo.

Então, quero dar boa tarde a todas as mulheres, as quais eu quero cumprimentar - com a licença - na pessoa da minha Coordenadora-Geral da Patrulha Maria da Penha, Sirlei Salete.

Nós lançamos, Deputado, no dia 30, a Patrulha Maria da Penha no Município de Várzea Grande, também. Essa patrulha começou de maneira até meio cabisbaixa... Inclusive, acabei de receber agora a ligação, dizendo para eu fazer amanhã a retirada do *smartphone* que a Prefeita comprou para deixar disponível para que as pessoas vítimas de violência em Várzea Grande tenham acesso por meio do *whatsApp*. E a nossa coordenadora irá acompanhar todas essas pessoas.

Nós estamos também fazendo a finalização da sala do SER - Serviço de Reflexão para Homens. Esses homens serão designados pelo juiz para frequentar uma sala de aula para que possam refletir sobre aquilo que fizeram com a mulher dele, porque não é justo o homem violentar

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

uma mulher. Eu, particularmente, não vejo dessa forma, apesar de ter sido criado muitas vezes na casa de um e de outro, graças a Deus, as casas que eu frequentei eram todas de pessoas harmoniosas. Então, eu tive um norte de sempre elogiar a mulher, porque eu fui gerado por uma mulher, então, não é justo um homem fazer mal a uma mulher.

Eu falo para a minha esposa... A minha esposa trabalha fora, Deputado, e ainda faz o serviço de casa. Eu acho que eu não daria conta de fazer o que ela faz. Então, eu vejo assim: o homem tem sempre que elogiar a mulher e não violentar a sua mulher. E isso não é doença, não, isso é a sensação de impunidade daquele que se acha o maior e que acha que está acima da mulher. Ele não está acima da mulher, ele está ao lado da mulher, a mulher é a sua companheira, é o seu esteio.

Nós também temos a arte de proteger de maneira lúdica, nós temos o teatro de fantoches, que leva para as escolas municipais, estaduais, particulares do município de Várzea Grande... Leva para aquelas crianças e adolescentes a questão também da Lei Maria da Penha, de divulgar, inclusive, elas também podem denunciar qualquer ato que o pai venha a fazer com a sua mãe. Que ele possa falar ao diretor, o diretor entra em contato com a assistente social ou com o Conselho Tutelar, ou entra em contato conosco mesmo da Guarda Municipal. E o que me deixou muito triste também é que, no ano passado, tínhamos um índice de 6% de violência contra a mulher, e neste ano, de janeiro a outubro, nós estamos com um índice de 11%! Então, quase que dobrou!

E baseado nisso, fizemos um protocolo de intenção no dia 08 de março, e agora, no dia 30 de outubro, já está operando a Patrulha Maria da Penha. Estamos finalizando também essa sala para poder receber esses homens que praticaram a violência para que eles possam fazer uma reflexão. Ali ele será acompanhado por uma assistente social, por um psicólogo, e demais outros meios da saúde que possam também ajudá-lo a consertar a violência que ele praticou contra a sua mulher, e que ele possa refletir.

Eu acho que é nada mais do que justo que o homem tenha sempre que elogiar a sua esposa e jamais, jamais, até mesmo alterar a voz para a mulher. Não que o homem estará *sub judice* da esposa, mas ele tem que caminhar junto com ela.

Graças a Deus! Eu sou uma pessoa privilegiada, tenho uma excelente esposa, elogio-a sempre, e é isso que temos que fazer. Nós, homens, temos que estar sempre elogiando as nossas esposas. E eu digo que ela não é só esposa, ela é amiga, ela é companheira, então, temos que estar sempre do lado dela.

É isso que eu tenho para dizer a todas vocês, mulheres. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito bem, Comandante Evandro Homero Dias, que trouxe aqui notícias alvissareiras de Várzea Grande. Em breve, a Patrulha Maria da Penha estará também funcionando em Várzea Grande...

(O SR. EVANDRO HOMERO DIAS FALA COM O PRESIDENTE WILSON SANTOS FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - A Patrulha já está funcionando e lá também tem a sala de reflexão para homens agressores. Interessante!

Vamos agora ouvir a Professora Nicinha, também vem lá de Várzea Grande, Professora Nicinha; professora também atuante na política, foi candidata à deputada federal agora nessas últimas eleições. Com a palavra, a Professora Nicinha.

A SRª EUNICE TEODORA DOS SANTOS (PROFESSORA NICINHA) - Boa tarde a todos!



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Cumprimento a mesa na pessoa do Deputado Wilson Santos; e cumprimento o nosso público na pessoa da Alexandrina, que é uma das Coordenadoras da Casa de Amparo de Várzea Grande.

Realmente, estamos bastante felizes, porque Várzea Grande tem avançado muito nesses últimos anos, em vários aspectos da violência contra a mulher, especialmente, e também na prevenção do uso de álcool e drogas das nossas crianças por meio do programa da escola de tempo ampliado. Estamos passando por momentos muito bons em Várzea Grande e Deus permita que isso continue, que melhore cada vez mais.

Bom, além de professora, eu sou psicóloga do Sistema Penitenciário, trabalho na SEJUDH e atualmente estou na Superintendência de Políticas sobre Drogas. Entre os fatores de violência contra a mulher, não podemos esquecer o uso e o abuso de álcool e drogas, estamos sempre, na maioria das vezes, presentes.

O que me espanta - e quero deixar aqui uma proposta para o nosso Deputado - é sobre as isenções que se consegue no Estado para empresas e indústrias que promovem a venda e a fabricação desses produtos que trazem prejuízo para a sociedade. Às vezes, o emprego que ela gera... Levando em conta como a Professora Jacy falou, o lado econômico que temos que avaliar para ver se sensibiliza, eu acho que os ganhos são muito pequenos se comparados aos prejuízos que o Estado tem com o abuso do álcool, seja no trânsito, seja na família... e coisas imensuráveis.

Isso gera prejuízo na saúde, porque um acidente de trânsito acaba levando para a saúde e para os hospitais... e coisas imensuráveis, como prejuízo familiar que vemos.

No meu trabalho, dentro dos presídios, tenho presenciado casos de homens que mataram as mulheres sob efeito de álcool, depois, tentado suicídio quando deram conta do que havia feito e as crianças presenciando essa violência. As famílias acabam, totalmente, destruídas e isso não tem valor monetário que repare e que pague.

Então, o Estado tem que parar de dar incentivo a isso! Este é o meu pensamento, a minha proposta. E, também, tem que alocar mais recursos na Superintendência de Políticas para Mulheres. Não adianta ter uma Superintendência que não tem recursos para trabalhar. Então, são essas duas propostas.

Mas quero aqui dizer à poetisa que em vários momentos me emocionei aqui, nesta Audiência, porque quando vemos uma mulher passar por uma situação nós sentimos como se, também, estívéssemos passando. É isso que temos que despertar na sociedade. Eu acho que temos que despertar a empatia, novamente, o amor que tem se esfriado, porque não é fácil acompanharmos essa situação e, ainda, quando nos levantamos em defesa recebermos muitas críticas.

Esta semana eu coloquei no *face* que estava um pouco chateada, em outras palavras, dizendo assim, por não ter nenhuma mulher fazendo parte da equipe de transição de um Governo. Recebi muitas pauladas, muitas críticas, nenhuma palavra de defesa, de apoio, sendo que foi dito em alto e bom som que iria governar para a maioria e não para as minorias. E nós, mulheres, somos a maioria. Nós somos 51% da população do nosso País. Nós somos a maioria e nós parimos a outra metade; e nós amamentamos a outra metade; e nós criamos a outra metade.

Acho que temos que juntar esforços, como o Secretário Zilbo falou, de toda a sociedade e não somente com as mulheres. É toda a sociedade, porque a violência contra a mulher não para nela. Agride a família, agride o filho, agride a sociedade. Aquela criança que está sendo criada, gerada para ser outra geração, já vem com o seu desenvolvimento humano prejudicado e a sua concepção de vida e de valores de si mesmo quando ela vê um pai violentar a sua mãe.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Deus me deu o privilégio, agora, nos meus 40 anos, de ter um filho. Eu demorei muito para ter um filho, porque tinha muito medo. Eu trabalhava em presídio e via a situação. Eu falei: eu não vou colocar no mundo uma pessoa que pode vir a trazer prejuízo à sociedade. Tenho orado todos os dias para que Deus me abençoe e me ajude para que eu possa criar este menino para que ele seja um cidadão. Eu não quero criar um macho. Eu quero criar um homem. Acho que é isso que precisamos fazer. A sociedade tem que entender que temos que criar homens, porque quem vai direcionar o futuro menino, o papel e a forma que ele tem que agir com a mulher é, principalmente, o homem, o marido, porque é comprovado que a forma como ele trata e fala com a esposa é a forma que o filho, vai falar e tratar a mãe. Eu tenho visto criança que fala com a mãe no mesmo tom e na mesma altura que o pai fala e a chama do mesmo nome que o pai a chama. Ele copia!

Então, precisamos de vocês, homens! Precisamos de vocês nessa jornada, nessa caminhada, porque são vocês que vão dar as diretrizes. A mulher sábia edifica a sua casa, mas nós precisamos que a família esteja unida e, por isso, precisamos unir esforços: escola, sim; igreja, sim; clubes. Todos os espaços sociais que a criança convive tem que abraçar essa causa e temos que juntos construir uma nova identidade, um novo conceito da sociedade, se, ainda, não foi criado sobre mulher.

Porque, mulher, Deus poderia ter trazido Jesus de diversas formas, porque Jesus veio de forma milagrosa, sobrenatural, mas Deus escolheu trazer Jesus na humanidade pelo ventre de uma mulher. Pelo ventre de uma mulher! E a sociedade tem que reconhecer o valor da mulher, que não é minoria, que é maioria, e tudo que ela sente passa para a família, para as crianças. E as políticas públicas para a mulher não param nela. As políticas se estendem para a família, para a sociedade e nós temos que lutar por isso.

Então, estou aqui para lutarmos e para pedir para nós, mulheres, e homens de bem: vamos reconstruir, sim, o nosso País; vamos reconstruir, sim, a identidade, o respeito, a dignidade que precisamos ter com nossas mulheres. E como diz a frase da música, temos que participar, sem medo. Por quê? Sou mulher! A sociedade que nós queremos construir passa por nossas mãos.

Não vamos nos intimidar, mulheres! Nenhuma luta nossa foi conquistada sem luta. Não vamos nos intimidar mesmo que venham as críticas, mesmo que venham pauladas no *facebook* ou até de outras pessoas e de outras mulheres o que dói mais, o que dói mais, mas vamos continuar lutando, porque nós somos mulheres. Vamos continuar participando, porque somos mulheres.

Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Professora Nicinha.

O próximo inscrito é o Edinei da Silva Rosa.

Edinei, por favor!

Só dizer, adiantar que temos mais 22 minutos.

(O SR. EDINEI DA SILVA ROSA DIALOGA COM O PRESIDENTE, DEPUTADO WILSON SANTOS, FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Não, o senhor vai falar, faz favor.

Vamos disciplinar o tempo em 2 minutos, porque temos um, dois, mais 4 ou 5 inscritos e, depois, tenho este calhamaço de perguntas.

O SR. EDINEI DA SILVA ROSA – Aqui é rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Com a palavra, o Sr. Edinei da Silva Rosa.

O SR. EDINEI DA SILVA ROSA – Primeiramente, boa tarde a todos!

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Quero agradecer o convite do Deputado Wilson Santos e, também, quero agradecer a Tuca que fez uma homenagem a minha irmã.

Quero falar para vocês que fiquei muito surpreso referente a cada dia que nós vemos nos noticiários esse índice de feminicídio. E até falando sobre feminicídio nós, também... Eu já tive um caso na família referente a isso e quero externar um pouco da história da minha irmã que foi vítima do feminicídio.

Eu acho que todos vocês já chegaram de ver essa notícia nas mídias sociais, na TV. Vou só falar aqui rapidinho o perfil dela.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Fique à vontade, Edinei, você tem 3 minutos. Pode ficar tranquilo.

O SR. EDINEI DA SILVA ROSA – Primeiramente, eu quero aqui falar sobre a Dinéia Batista Rosa, estudante de Direito, que estava no último ano na faculdade do Curso de Direito, estava se formando este ano. Por conta de um relacionamento que veio a dar desgaste ela terminou com seu cônjuge, ele não aceitou o término do relacionamento e cometeu um crime brutal. Foi no ano de 2017. Nós, da família, estamos buscando justiça, ver com as autoridades competentes para que possam se desempenhar referente a esse tema que está muito alto aqui, no Estado de Mato Grosso.

Eu, também, quero deixar um alerta para todas as mulheres que estão passando por essa situação, por esse constrangimento referente o marido que seja agressivo com a mulher: que as mulheres não fiquem mudas, que as mulheres possam dialogar com outras pessoas, possam desabafar, sem aquele movimento de ficar coagida, de ficar com medo do seu cônjuge.

Eu agradeço a todos por esta oportunidade!

Que continuemos essa luta para que possamos combater o feminicídio a cada dia, com essas dicas que nos deixamos para essas mulheres.

Quero agradecer a todos!

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Nós que o agradecemos, Edinei, por você ocupar esse espaço para fazer uma denúncia.

A família foi vítima de feminicídio ocorrido ano passado.

E vocês estão com advogado? Defensor Público? Como que está?

O SR. EDINEI DA SILVA ROSA – Estamos com a faculdade.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – A faculdade que está dando essa cobertura jurídica.

O SR. EDINEI DA SILVA ROSA – FCR!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Qual faculdade que está?

O SR. EDINEI DA SILVA ROSA – FCR!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – FCR!

O SR. EDINEI DA SILVA ROSA – Referente ao caso eu fui esses dias ao Fórum e o caso, ainda, está parado, esperando sair a data do julgamento. Será júri popular e nós aproveitamos e pedimos justiça para que esse caso não seja mais um caso impune, que não caia no esquecimento.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Traga depois para nós aqui, porque temos a tribuna, podemos cobrar daqui, também, da Assembleia.

O.K, Edinei?

Vou deixar meu telefone com você.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

O SR. EDINEI DA SILVA ROSA – Eu quero só externar um detalhe: depois quero ver com Vossa Excelência, Deputado, para alagarmos referente ao tema feminicídio para levar para outras instituições, fazermos uma parceria.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O.K, Edinei! Vou deixar meu cartão com você. Procure-me já amanhã e vamos ver o que podemos fazer.

A próxima inscrita é a Ezilia Frederico de Paula Meira...(PAUSA)

Ezilia já foi? Já foi!

Fernanda Elisa Lima Martins, acadêmica do Curso de Ciência Sociais, da UFMT.

A Fernanda está aí? Também, não está a Fernanda! (PAUSA)

Está aqui a Fernanda? Vamos embora, Fernanda! Cadê a Fernanda? Vai falar? Está com redução de mobilidade e vai falar sentada.

Por favor, Fernanda.

A SR<sup>a</sup> FERNANDA ELISA LIMA MARTINS - Boa tarde!

Eu gostaria de convidar Vossa Excelência para conhecer o Núcleo de Violência da UFMT do qual fiz parte recentemente.

Em agosto finalizei uma pesquisa sobre homicídio em Cuiabá e Mato Grosso, levantamos algumas questões que já foram apresentadas aqui. Uma delas é a questão da medida preventiva, que o prazo é de 24 horas, mas, demora. Recentemente, teve essa iniciativa de fazer *online*, de adiantar isso. Mas, como a Delegada Jozirlethe levantou, ainda existe uma demora para apresentar esse documento. Inclusive, eu a entrevistei na minha pesquisa.

Uma coisa que está preconizada na lei, que acabou sendo uma das conclusões do meu projeto, é que necessita de uma ampliação das discussões sobre o gênero, raça ou da etnia na sociedade. Os dados apontam para uma maioria de morte das mulheres que tem como raça ou etnia, parda ou negra, e aponta, também, segundo dado do mapa da violência de 2016, que a partir da Lei Maria da Penha teve uma diminuição dos índices de mulheres, mas teve um aumento do índice de mulheres negras mortas e uma redução das mulheres brancas.

Quando falamos de morte de mulheres ou de feminicídio estamos falando, também, de uma discussão não só de gênero, mas de raça e a importância de se levantar isto: Por que as mulheres negras morrem mais?

E dentro da Lei Maria Penha está preconizada no Art. 8º, inciso I, a promoção de campanhas educativas, capacitação dos profissionais e a inserção de conteúdo relacionado aos direitos humanos no currículo escolar.

Gostaria de saber, da parte do senhor, quais as medidas que busca para que isso seja efetivado? Porque não é o que vemos. Não vemos discussões nas escolas.

Como o senhor apresentou, Várzea Grande tem algumas políticas que buscam essa ampliação, que buscam trazer para dentro das escolas essa discussão, mas no geral não é o que vemos. E o Brasil, na verdade, está num momento político em que os direitos humanos estão sendo rompidos e não se leva em consideração. Tem gente falando que o feminicídio não existe; tem gente criando projeto para que mulheres que sofreram violência sexual não sejam atendidas nos plantões dos hospitais.

Gostaria de saber como o senhor visa fazer com que isso seja efetivado em e em Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Fernanda!

Fernanda é acadêmica da UFMT. De que curso, Fernanda?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

A SR<sup>a</sup> FERNANDA ELISA LIMA MARTINS – Ciências Sociais e sou acadêmica também da UNIVAG, no curso de Psicologia.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ciências Sociais e Psicologia. *O.K!*

Ao final, anotei aqui, vou responder.

Depois da Fernanda Elisa Lima Martins, está inscrita a aluna Kauna Petrenko, da Escola Estadual Nilo Póvoas. Está aí? (PAUSA-AUSENTE).

Com a palavra, o Sr. José Luiz de Almeida, que dispõe de três minutos. Depois está inscrita a nossa amiga Maria Orly, a última inscrita.

Maria Orly, você é a mais jovem de todas e ficou por último. (RISOS).

O SR. JOSÉ LUIZ FARIAS DE ALMEIDA – Boa tarde a todos!

O meu nome é José Luiz Farias de Almeida. Sou formado em Ciências Biológicas.

Nós estamos debatendo um tema muito importante, que é a violência, e o Brasil, ultimamente, é o País mais violento do mundo, onde cerca de 38%, a cada cem mil habitantes, são mortos.

Segundo dados estatísticos de organizações mundiais, de cada dez pessoas mortas no mundo, cinco são no Brasil e a violência contra a mulher está englobada em todo esse sistema. Só que devemos discutir o enfrentamento da violência total não só contra a mulher, não só contra a criança, não só contra o idoso, mas das pessoas, porque eu tive amigos mortos por bandidos, amigos que eram pessoas normais, civis, da sociedade, conservadores como eu, religiosos, cristãos. Por que discutir só um lado da questão? Vamos discutir todos os lados das questões. Vamos debater todos os lados da questão, porque não podemos inserir uma política onde o Estado nega, incessantemente, o outro lado da violência, que é maior, que são 54 mil. O Estado tem que englobar todos! Não pode englobar a metade! Somos seres humanos! Somos todos iguais!

Agora, se alguns casos parecem ser mais graves que os outros e negar os outros casos, porque não se condiz com o sexo, temos que parar e pensar: o que está acontecendo? Que sociedade nós estamos querendo? Estamos querendo uma sociedade onde teremos um nível de igualdade para alguns e diminuí o nível de igualdade para outros? Estamos num estado nazista? Os nazistas começaram. Os alemães eram menos que os outros; os judeus eram mais que eles, porque eram capitalistas ou porque isso ou porque aquilo. Não. A violência está em todo lugar!

Eu vi o meu amigo ser morto por um tiro nas costas, porque foi confundido com namorado de bandida. Ele vinha da universidade. Agora, eu quero saber o que o Estado fez? O que o Estado fez? Não foi lá nenhuma assistência social. A mãe dele chorou dias e dias. Na época, nós tínhamos a mesma idade, 22 anos; hoje, eu estou com 29. Não teve assistência social! Ele morreu! Acabou! Até onde vamos chegar com essa violência?

Nós não precisamos de polícia? Não. Precisamos de justiça. O Estado não nos dá justiça.

Nós criamos termo, feminicídio. Todo mundo sabe de onde vem o termo. Homicídio engloba tudo. Não existe essa questão: “Ah, porque é gênero isso, é gênero aquilo, é sexo”. As pessoas têm que parar e pensar: “o homicídio acontece com todo mundo”. A maioria é jovem entre 10 e 14 anos e negros, da mesma cor minha; são pessoas vindas da faculdade; pessoas saindo do seu trabalho; pessoas sendo assaltadas na rua, sendo latrocidas.

Será que nós vamos discutir essas ideias ou só vamos debater um lado? Temos que debater tudo! Temos que debater a justiça. O Estado não pode olhar para um lado maior que o outro, é para todos os lados.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Por isso, faço a pergunta aqui para um Deputado: O Estado dever ser preconceituoso? O Estado deve ser racista? Eu faço essa pergunta agora, porque já vi jovens, crianças mortas.

Eu vejo o Estado debater aborto, legalização das drogas, a mesma que defendia um gênero só é o que debate pedofilia, a legalização do aborto. Agora, as pessoas não debatem a justiça. A justiça é para todos. É isso que o Estado deve promover: a justiça e as leis, é o que está escrito na Constituição.

A Constituição diz que tem princípio de igualdade, isonomia, legalidade, taxiografia. Aqui está dizendo que vários juristas discordam que vendo só um lado, excluimos o outro lado. Muitas juristas falam: “O Estado agora deveria tirar os trinta anos ou colocar, por exemplo, indeterminado ou prisão perpétua...” Quem sabe Mato Grosso poderia começar, por exemplo, com crimes hediondos, colocando trinta anos sem regressão de pena junto com a Assembleia Nacional. Ou será que o Estado só vai ver uma parte? Até quando vamos ver isso? Cristãos sendo achincalhados, sofrendo preconceitos por ser cristão. Até quando? E o Estado promove isso?

Nós não podemos deixar esses fatos, sem falar que os assassinatos de pessoas não dependem de sexo, depende exclusivamente por falta de justiça. Justiça!

Eu falo para vocês, um Juiz entra numa sentença e não sabe se dá trinta anos ao condenado, depois ele terá progressão de pena, depois de terá progressão por bom comportamento, como muitos criminosos de mulheres tiveram progressão por comportamento, agora no caso Nardoni estão pensando em progressão por comportamento, o caso de um cara que jogou a filha do prédio, uma menina, uma criança de aproximadamente oito anos de idade. Até quando? São Trinta anos? Trinta anos!

O Estado de Mato Grosso tem que começar com os seus Deputados a defender a pena máxima. Não tem essa de vinte anos, doze anos, progressão de pena. Não existe reeducação para quem joga criança do prédio, para quem mata mulher com tiro na nuca ou para quem ameaça uma mulher com tiro no prédio, como a senhora falou. Não tem progressão de pena. Tem que tomar a arma dele, colocar na cadeia, pronto e acabou. Se fizer isso está tudo certo.

Vou fazer uma pergunta a Vossa Excelência: o Estado deve promover justiça? Sim ou não?

Estamos até hoje com essa pergunta engasgada na goela. Nós da sociedade civil estamos com essa pergunta.

Vemos nossos entes queridos... Eu já vi pessoas, mulheres, sendo mortas, já presenciei isso e não ter justiça. Do mesmo jeito já vi homens. E não tem justiça. Não tem justiça!

Temos que definir se queremos um Estado justo ou se queremos um Estado que não faça nada, que discuta leis pela metade ou por imparcialidade, que fica discutindo, discutindo e não chega a um denominador comum.

Eu só quero fazer essa pergunta ao nosso Deputado do PSDB: se o Estado deve fazer justiça à sociedade?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado, Sr. José Luiz. Ele foi o último a falar.

Aqui tem um conjunto de perguntas para eu fazer a nossa Delegada. Não sei se a Dr<sup>a</sup> Rosana está por aí também.

Dr<sup>a</sup> Jozilethe tem uma pergunta interessante.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Daqui a pouco a Dr<sup>a</sup> Maria Orly falará.

Pergunta da Adriana Reis. Ela diz o seguinte: “sabemos que a grande maioria das mulheres vítimas de feminicídio tinham medidas protetivas. Onde o Poder Público falhou?”

A SR<sup>a</sup> JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO – Adriana. Cadê a Adriana?  
É bom pensarmos sobre essa situação do feminicídio.

Na realidade, eu gostaria de esclarecer que fizemos um trabalho na polícia civil há cerca de uns dois anos, um trabalho monográfico. Fizemos esse trabalho dentro do curso superior de polícia. Uma de nossas delegadas de polícia teve esse questionamento e teve esse trabalho feito, todo um trabalho de pesquisa em torno de descumprimento, em torno de medida protetiva e quantas dessas medidas protetivas tinham ocasionado lá na frente o feminicídio dessa mulher.

Chegamos a uma conclusão de que, na realidade, o número de casos de mulheres que pediram medidas protetivas nas delegacias de Cuiabá e Várzea Grande, isso nos anos de 2012 a 2016, entre essas mulheres, entre Cuiabá e Várzea Grande seis delas tinham sido casos depois de feminicídio, num universo de 10 mil procedimentos. Então, cerca de 10 mil procedimentos que foram analisados. Isso nos leva a crer que a medida protetiva, na verdade, tem eficácia.

Vamos trabalhar novamente com números, não é Deputado? Quando se diz: “olha o que leva uma vítima que tem a medida protetiva ao feminicídio, na realidade é o contrário, trabalhando com a ideia de que uma vítima que tem uma medida protetiva pode, sim, trabalhar para sua proteção.

É lógico e evidente que o fato dela ter uma medida protetiva não irá garantir sua vida, mas em boa parte, sim, acredito que na maioria das vezes, o fato dela ter uma medida protetiva, ou seja, a questão desse homem saber que existe um processo, que ela buscou na realidade quebrar esse ciclo de violência, favorece, sim, a questão da diminuição do feminicídio.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ok.

O Professor Fisher faz uma pergunta direto para a Dr<sup>a</sup> Rosana Barros: “Dr<sup>a</sup> Rosana, o que vem sendo feito para dar uma segunda chance para a mulher vítima de violência urbana?”

O Professor Fisher pergunta a Dr<sup>a</sup> Rosana Barros.

A SR<sup>a</sup> ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS – Deputado, ele até fez essa pergunta, porque no momento que fui lá fora, eu e a Presidente do Conselho, Dr<sup>a</sup> Gláucia, ele tem vontade de ajudar essas mulheres a conseguirem se superar.

Ele é professor de artes márcias e propôs para Gláucia, para que apresente para as conselheiras um possível projeto em que ele gostaria de ensinar defesa para essas mulheres vítimas de violência, autodefesa. Ele propôs isso. Deve ser porque ele já gostaria de dar. Ele não teria tempo de ficar até o final, mas gostaria de apresentar isso a vocês.

É um projeto, que o conselho da mulher está abraçando com a Dr<sup>a</sup> Gláucia, para que as mulheres possam ter aula de autodefesa.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ah, entendi.

A SR<sup>a</sup> ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS – Mas as mulheres vítimas de violência têm recebido todo amparo, toda proteção do núcleo de defesa da mulher da Defensoria Pública quando nos procuram.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito bom.

Aqui tem um caso grave, que vou passar em reserva à delegada, um aluno que faz uma denúncia aqui. Não vou expor o nome do aluno: “quero saber se existe casa de apoio à mulher que sofre violência no nosso Estado”. E denuncia que está sendo ameaçada pelo seu marido.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Vou passar a Delegada, Dr<sup>a</sup> Jozirlethe.

Tem o nome do aluno aqui e a senhora pode localizá-lo. Uma informação sigilosa.

A SR<sup>a</sup> JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO - Aproveitando a oportunidade, eu gostaria de esclarecer que nós temos o *e-mail* da Delegacia da Mulher: [dmulhercba@pjcmg.gov.br](mailto:dmulhercba@pjcmg.gov.br) para aquelas pessoas que desejarem fazer uma denúncia. Muitas vezes, há mulheres que sabem que sua vizinha está sendo mantida em cárcere privado, por exemplo. Então, aquelas pessoas que desejarem fazer essa denúncia, podem encaminhar ao *e-mail* da Delegacia da Mulher. Nós vamos com a equipe fazer uma visita domiciliar a essa vítima.

Gostaria de destacar, também, que nós temos o 190 e o 180 e todas essas denúncias que são feitas pelo disque 180 chegam, também, à Delegacia da Mulher.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado!

Aqui, tem mais algumas observações que vou passar aos nossos palestrantes.

Eu quero ao encerrar permitir que a nossa amiga, Dr<sup>a</sup> Maria Orly, faça, também, a sua pergunta ou a sua explanação. É a última inscrita. Nós estamos no limite do nosso tempo.

Nossa amiga Maria Orly Matos, Presidente da Associação, do Clube de Mães de toda a nossa capital, por favor.

A SRA. MARIA ORLY DE MATOS – Em nome do Deputado Wilson Santos, eu cumprimento a todos do recinto e agradeço a oportunidade.

Muito obrigada!

Gente, a educação é que diz o começo do ser humano. A família é o início de tudo. Nós precisamos, realmente, levar o amor às escolas. O professor tem que pegar o amor na escola, porque a partir da escola, hoje... Antigamente, nós dizíamos: a educação vem de berço, mas, a educação, ultimamente, não está vinda de berço. Vocês hão de convir que o pai e a mãe vão para o serviço, trabalham o dia todo, o filho vai para a escola, depois, volta para a rua, atira pedra na janela do vizinho, quebra tudo e causa desavença na vizinhança. Por causa do quê? A situação econômica diz isso. O pai e a mãe são obrigados a trabalhar. Então, uma coisa puxa a outra. As desavenças, os assassinatos são, também, advindos da situação econômica, da falta de educação, da falta de princípio, porque os pais, hoje, não têm mais tempo de ensinar os seus filhos, de dar condições de vida. A situação econômica está muito precária ou por não dizer... Eu conheço! No meu bairro tenho 70 famílias carentes que passam necessidades, que busca colher de açúcar na minha casa, colher de café, um pouco de arroz, um pouco de feijão. Muitas coisas! Tenho 70 famílias nessas condições.

Então, gente, é muita complicação; é muita falta para acontecer o que acontece, hoje. Antigamente...

Eu nunca vi meu pai, minha mãe... Meus pais faleceram: ele com 90 anos e ela com 96 anos. Nunca vi eles brigarem. Eu me casei, também, e nunca briguei com meu marido. Tive uma vida de 42 anos. Ele faleceu e eu criei 11 filhos sem ter mais marido. Quando ele morreu o mais velho tinha 20 anos. Eu criei os 11 filhos. Meus filhos estão todos casados. Só tenho um solteiro em casa cuidando de mim, mas tem 10 casados: 5 filhos homens e 5 mulheres estão casadas e não tem ninguém descombinado. O que eu falo está escrito e todo mundo assina embaixo.

Então, acredito que o princípio vem da família, da economia, da religião, que nós temos que levar em conta. A escola, hoje, está sendo a mãe de tudo. A escola está sendo obrigada a cuidar da educação, das boas maneiras, da situação econômica, de tudo, porque, infelizmente, o sistema está exigindo isso e nós não temos para onde pular se não levarmos a sério.

Outra coisa, minhas mulheres, minhas amigas, a vizinha está brigando mais o marido, o marido está batendo na vizinha: qual é o ditado? Em briga de vizinha ninguém mete a



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

---

colher. Não é? Eu deixo a minha colega, minha amiga, minha vizinha lá espezinhada, rebentada, o marido mata e eu não falo nada e nem telefone para a polícia. Eu estou nesta idade, mas digo uma coisa para vocês: eu enfrento briga com sujeito quando ele da fé... O meu vizinho caiu na besteira de fazer isso, mas eu chamei a polícia para ele e quando ele viu a polícia estava derrubando o portão dele e ele foi preso. “Eu queria saber quem foi!” Eu falei: fui eu aqui. Dê parte de mim, agora, porque eu denunciei você. (PALMAS)

Então, ele voltou bonzinho e, depois, chegou a minha casa e falou: “Eu vim desculpas para a senhora, porque, realmente, eu estava errado. Eu gastei o salário da mulher; fiz conta para ela.”. E, ainda, foi com outra mulher. Não foi para farra somente, não. Foi para gastar com outra mulher o salário da esposa dele. Eu falei para ele: pois, então, e você continue fazendo assim para ver quantas vezes eu vou mandar você para a cadeia.

Gente, nós temos que ser amigas, ser boa vizinha, denunciar quem deve. Eu não estou dizendo que o homem é santo e nem que a mulher é santa, mas cada um tem que ser os seus direitos assegurados na lei. Nós temos uma Constituição que diz que o poder emana do povo e por ele será exercido. Então, vamos exercer nosso poder.

Deputado, eu serei breve!

Quero dizer a Vossa Excelência que nós temos 24 Deputados na Assembleia Legislativa, mas conto com Vossa Excelência para ser o cabeça da próxima Delegacia Geral da mulher no Estado de Mato Grosso. É vergonhoso até hoje a delegacia pagar aluguel. Nós precisamos que a mulher tenha sua vez e a sua delegacia. Cada delegacia da Polícia Militar deve ter um núcleo da mulher atendido pela mulher, pelas policiais militares para que as mulheres tenham a sua cobertura devida. Tem tanto prédio neste Estado, dentro de Cuiabá, prédio tombado, inclusive a Casa de Bem Bem que poderia ser um lugar da Delegacia Geral... Acho que já está sendo reformada a Casa de Bem Bem. Deve ser uma delegacia.

Vamos falar com o Governador sobre isso, Deputado! Precisamos ter uma Delegacia Geral para que a mulher tenha atendimento em todo o Estado com dignidade, com presteza, porque isso é desmoralização. Um Estado rico, bom.

O melhor Estado do Brasil é Mato Grosso, pessoal! É o mais rico que tem no Brasil. Nós temos de tudo. É preciso ser respeitado os bens do Estado de Mato Grosso, a riqueza do Estado de Mato Grosso, tem que deixar de corrupção, tem que acabar com a corrupção.

Outra coisa, eu sou contra o armamento, pessoal! Não tem que armar ninguém! Não precisa de armamento. O armamento é vergonha na cara, é respeito, é educação, é saber, é cultura, é escola. É isso que tem que ter no Brasil e no mundo para que o povo viva bem. Nós somos uma Nação muito boa, o Brasil é bom, e o brasileiro é muito bom também e é trabalhador. Vamos cuidar da honestidade, do respeito, da cidadania. É isso que nós precisamos.

Vamos lá, minhas colegas, vamos enfrente com o caso da mulher e a nossa delegacia, Deputado!

Muito obrigada a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito bem, Dona Maria Orly, por isso que ficou por último, ouviu?

Eu quero encerrar agradecendo a todos, a todas, espero que estejamos só iniciando esta batalha, dando continuidade a uma luta de muitas mulheres que estão aqui. Algumas que sofreram na própria pele, na própria alma essa violência física. Eu espero emprestar o meu mandato, colocar inteiramente à disposição de vocês.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Não sei tudo, não conheço esse assunto com profundidade, estamos aqui aprendendo. E como diz o nome deste evento: é uma audiência, ela serve para que o Parlamentar possa colher informações, aprender com vocês que estão na lida, alguns aqui profissionalmente tratando desse tema há décadas, as delegadas e as defensoras têm muito a nos ensinar, têm muito a nos repassar para que, aqui, neste Parlamento, nós possamos transformar algumas dessas ideias em leis, em regras. Não vamos conseguir tudo, eu não tenho essa utopia, mas é possível avançar alguns passos.

A Lei Maria da Penha foi um extraordinário passo, a Lei do Feminicídio foi outro extraordinário passo, respeitamos as pessoas que pensam diferente, que divergem das nossas ideias. A democracia é, sem dúvida, a melhor de todos os regimes, não há nenhum outro melhor que a democracia, e estaremos aqui atentos, especialmente, como disse a Jacy Proença, para receber essas demandas.

Eu estou encabulado, eu estou completamente abestalhado com o volume de assassinatos, de agressões. É um mar de lama que se transformou contra as mulheres deste País. Disse bem aqui a Professora Nicinha, as mulheres são a maioria neste País. São maioria neste País. E é preciso ter o mínimo de respeito.

Eu quero dizer que eu anotei três sugestões que eu acho muito importantes: uma é o compromisso que eu fiz público aqui de repassar uma emenda no valor de 400 mil reais para os Núcleos de Atendimento do interior. Eu sei que é pouco, eu sei que é pouco; mas, se cada Deputado destinar 400 mil reais, chegaremos a 9 milhões e 600 mil reais.

Então, cabe também a vocês irem de gabinete em gabinete agora no mês de novembro, porque a proposta orçamentária está aqui e ela será discutida agora a partir dos próximos dias. Então, é hora de fazer o ofício circular e levar a todos. E podem dizer: “O Deputado Wilson Santos já garantiu 400 mil reais”, para que não destinem menos do que isso. E vocês vão arrecadar 04 milhões, 05 milhões, eu tenho certeza disso.

(A SRª SIRLEI TERESINHA THEIS DE ALMEIDA DIALOGA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Concedo a palavra, a Srª Sirlei Theis.

A SRª SIRLEI TERESINHA THEIS DE ALMEIDA – Em 2016, eu fiz um projeto para reformar todas as 22 delegacias... Que nós poderíamos ampliar com essas salas com os núcleos de atendimento... Se cada Deputado doasse 200 mil reais, nós conseguiríamos o recurso para reformar e fazer essa ampliação em 22 delegacias.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Eu sugiro o seguinte: põe isso no papel de forma bem resumida, bem direta, e circule nos Deputados. Eu vou ler isso na tribuna, o pleito. Faça uma comissão oficial, formada por defensora, por delegada, por representante de ONGs, faça essa comissão e visite os Deputados, especialmente nos dias de Sessão, que são terça-feira, quarta-feira e quinta-feira. Visite e peça. Eu vou ajudar. Da minha parte, estou fazendo o compromisso de 400 mil reais. Está certo?

E a outra proposta que eu anotei aqui, alguém sugeriu que incluía na grade curricular, não vou nem dizer disciplina, porque disciplina é proibido Parlamentar criar, mas ele pode incluir conteúdo programático em disciplinas já existentes. Vou estudar isso aqui, a possibilidade de nós criarmos um Projeto de Lei nesse sentido.

E eu fico ouvindo, vendo, agora há o auxílio presidiário. O cidadão matou o seu marido, estuprou sua esposa, acabou com a sua família, ele vai preso e a família dele recebe 02 mil,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,**  
**REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.**

---

03 mil, 05 mil por mês. A família do assassino. Não é a família sua não, Ednei, que mataram sua irmã! Sua família recebe alguma coisa? Sua mãe está recebendo? O pai dela? A família da vítima não recebe nada, nem auxílio funeral para enterrar sua irmã como vocês enterraram no ano passado, mas a família de quem matou, tirou a vida da sua irmã com certeza já está recebendo.

Essa já está recebendo. Se tiver um filho é “x”, dois filhos é “2x”, “3x”, “4x”, “5x”. Está certo? É auxílio... Como é o nome desse auxílio?... Auxílio reclusão. Tem bandido que não quer sair da cadeia. Sair, por quê? Tem café da manhã, tem almoço, janta de graça. Se a comida ficar um pouco ruim, ele faz greve, queima pneu, queima colchão, queima soldado, queima todo mundo. Para ele está bacana, e a mulher dele está recebendo 03, 04, 05 mil reais por mês. São milhares e milhares de casos como esse, uma profunda injustiça que se faz contra as famílias das vítimas.

Eu vi um vídeo ontem de uma moça que desceu do carro, saiu correndo tropicou, caiu, chegou dois caras que deram dois tiros na cabeça dela, e ela caída no chão... Uma menina de 18, 20, 22 anos... Está circulando na internet. Esses bandidos serão presos – a câmera pegou a cara deles –, serão julgados, se não tiverem advogados, a Defensoria Pública será obrigada a defendê-los, serão condenados, receberão todo mês, com o cartãozinho vai lá e “raap”, passa o cartão, 03, 04, 05 mil, a família dele. E a família daquela menina de 18, 20, 22 anos não recebeu e nem vai receber coisa nenhuma.

Então, eu vou estudar a possibilidade de encaminhar a um Deputado Federal, a um Senador, a um Congressista Federal um Projeto de Lei para que possamos criar neste País, quem sabe, um auxílio às mulheres que estão na condição vulnerável de violência. (PALMAS) Porque muitas delas se submetem a essa violência porque não tem trabalho, não tem emprego e não tem renda também. Isso é uma coisa inicial, embrionária, carece de estudo, eu peço às autoridades que possam nos auxiliar, quem sabe possamos criar.

Este País é cheio de bolsa isso, bolsa aquilo, bolsa para tudo, tem bolsa para quem mata os outros, para quem estupra os outros, para quem destrói, acaba com tudo, vamos ver se eles criam uma bolsa para milhares de mulheres que estão sem renda nenhuma, subordinadas também a essa violência econômica dos maridos.

Quero agradecer a todos e quero dizer que estamos assumindo essa luta, a vocês que estão aí, tem mais um espaço aqui de luta, de progresso, vamos apresentar os projetos no plenário, ainda alguns dá para aprovar e pedir ao Governador Pedro Taques, que é sensível a esse tema, que sancione; e ao novo Governador que possa também se sensibilizar por esse tema.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta Audiência Pública.

Muito obrigado a todos! (PALMAS)

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:

- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ALTO ÍNDICE DE FEMINICÍDIO E AS  
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,  
REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 14H.

---

- Donata Maria da Silva Moreira;
- Luciane Carvalho Borges;
- Taiza Antônia Noujain;
- Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
  - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Sheila Cristiane de Carvalho;
  - Solange Aparecida Barros Pereira.